

06/12/2019

**Grande Imprensa**

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Provas](#)

[Música e filosofia de autoria negra](#)

[Para incentivar a leitura em casa](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Lições do Pisa, o dever de casa não feito](#)

[Congresso manobra para carimbar fundo eleitoral e evitar novo desgaste em 2020](#)

[Veja quais partidos apoiam inflar o fundo eleitoral com dinheiro de áreas sociais](#)

[Veja quanto cada partido receberá caso fundo de R\\$ 3,8 bi seja aprovado](#)

[Degrau](#)

[Brasil corre risco de ter professores em excesso e sem emprego nos próximos anos](#)

[SP tem salas de aulas lotadas, mas melhor infraestrutura que a média nacional](#)

[Reitores vão à Justiça para que Weintraub prove falas sobre droga em universidades](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020](#)

[Tributo para educação e saúde pode ser menor](#)

[Congresso trava R\\$ 22,8 bi](#)

[A ordem dos fatores](#)

**O GLOBO - RJ**

[Sem futuro](#)

[O inimigo das universidades](#)

[Reitores recorrem à Justiça contra Abraham Weintraub](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Educação e saúde podem ser exceções na reforma](#)

[Brasil corre risco de criar excedente de professores](#)

[Cruzeiro do Sul compra Universidade Positivo](#)

[Universidades correm para atender demanda por profissionais capacitados](#)

**Agências de notícias e sites**

**AGÊNCIA BRASIL**

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[MEC destina R\\$ 45 milhões a programa voltado para incentivar pais a lerem para os filhos](#)

**G1**

[Rodrigo Maia recria comissão para discutir projeto Escola Sem Partido](#)

[AP anuncia instituições que vão receber projeto do MEC para escolas cívico-militares](#)

[Estudante de Manaus ganha medalha de ouro nas Olimpíadas de Matemática das](#)

[Escolas Públicas](#)

**METRÓPOLES**

[Bolsonaro poupa Defesa e Ciência de cortes no Orçamento de 2020](#)

**PORTAL ÉPOCA**

[Pelo fim da desigualdade nas salas de aula](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

**PORTAL VEJA**

[Reitores vão à Justiça contra Weintraub por fala sobre droga em federais](#)

[Bolsonaro reclama de polêmicas provocadas por ministros no governo](#)

**REUTERS BRASIL**

[Cruzeiro do Sul Educacional compra Universidade Positivo no Paraná](#)

## **TERRA**

[Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares](#)

[Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não transar](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA SENADO**

[Audiência mostra andamento de Centros de Desenvolvimento Regional](#)

## **AGORA RN**

[Fátima destaca importância da formação continuada promovida pelo IFESP](#)

## **JORNAL DA CIÊNCIA**

[Ministro da C&T afirma que quilombolas serão ouvidos sobre base de Alcântara](#)

[“Não há justificativa lógica para fusão de Capes e CNPq”](#)

[Pós-graduação: impacto social ganha peso na avaliação](#)

## **UFMS**

[Fórum reúne coordenadores de programas de pós-graduação em Linguística e Literatura na UFMS](#)

## **Imprensa Estadual**

### **DIÁRIO DE CUIABÁ - MT**

[Educação, Brasil entre os piores](#)

### **FOLHA DE PERNAMBUCO - PE**

#### **SISU**

### **J. DO COMMERCIO - PE**

[Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020](#)

### **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020](#)

[Inscrições para o Sisu poderão ser feitas a partir de janeiro](#)

### **MEIO NORTE - PI**

[Educadores refletem sobre suas competências](#)

### **O LIBERAL - PA**

[Weintraub terá que explicar acusação contra universidades](#)

Agências de notícias e sites

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[CAPES formaliza apoio aos Centros de Desenvolvimento Regional](#)

[CAPES seleciona mais 40 projetos de cooperação com a França](#)

[Saiba quais documentos levar para a prova do Prêmio Capes Talento Universitário](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Reitores cobram que Weintraub prove plantações de maconha em universidades](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Reitores exigem na Justiça que Weintraub se retrate sobre declarações contra federais](#)

## **HOJE EM DIA - MG**

[Coordenadores têm até amanhã para preencher questionário do Enade](#)

## **METRÓPOLES**

[Sisu 2020: inscrições serão liberadas em janeiro; veja cronograma](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Reitores cobram que Weintraub prove ‘plantações de maconha’ em universidades](#)

[“O Enem não democratizou o acesso ao ensino superior”](#)

R7

[Ministro propõe punir estudantes com nota baixa no Enade](#)

[UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS](#)

[Reitores cobram que Weintraub prove plantações de maconha em universidades](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF**

### **Provas**

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) ingressou com uma ação na Justiça Federal de Brasília contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em razão das declarações de que haveria “extensas plantações de maconha” e laboratórios de drogas sintéticas nas universidades. Os reitores exigem que o titular do MEC apresente provas do que afirma. Na quarta-feira, Weintraub foi convocado para se explicar na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Música e filosofia de autoria negra**

### **Cantor e filósofo Tiganá Santana é o primeiro compositor brasileiro a apresentar canções autorais em línguas africanas**

Cantor, compositor, filósofo, pesquisador. Aos 36 anos, o baiano Tiganá Santana divide seu tempo entre Salvador, Brasília, São Paulo e as viagens internacionais para promoção das suas músicas e pesquisas acadêmicas. O músico compõe e canta em kikongo, kimbundu (línguas da Angola e do baixo Congo), português, inglês, espanhol e francês, e foi o primeiro compositor brasileiro a gravar canções em línguas africanas.

A história de Tiganá com a filosofia, a música e a ancestralidade começa muito cedo. Aos 9 anos, sonhava em ser escritor e até venceu um concurso literário na escola com um poema de cunho social. “Ainda me lembro do título, era Perverso sistema”, relembra. “Eu tinha o hábito de fazer livros manuais grampeados. Eu sempre fui um curioso do mundo, me interessava por muitos assuntos, era até difícil escolher uma disciplina favorita na escola”, conta.

Aos 11 anos, lembra, foi impactado pela imagem de João Gilberto tocando violão. Foi assim que se interessou também por música. O instrumento foi um dos poucos pedidos que fez aos pais na infância. Era uma criança de poucas solicitações. Mesmo sendo de uma família com boas condições financeiras, não sentia necessidade de coisas materiais. “Eu já tinha o hábito de escrever, mas, paulatinamente depois do contato com a música, os textos foram se tornando canções. Para mim, já não havia tanto sentido escrever sem música.”

Mesmo que a mãe desejasse a carreira de diplomata para o filho — “ela tinha o desejo da quebra da hegemonia eurocentrada do Itamaraty” —, Tiganá tomou outro caminho. Se formou em filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, atualmente, é doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (Departamento de Letras Modernas) da Universidade de São Paulo (USP), com pesquisa em torno das sentenças proverbiais bantu-kongo do pensador congolês Bunseki Fu-Kiau.

A música foi ocupando um lugar íntimo e central. As dimensões sociais e políticas que atravessam sua experiência como indivíduo e membro de coletividades foram o

combustível para suas obras com corte e profundidade. Estreou com o álbum *Maçalê* (2009), o primeiro registro fonográfico brasileiro de composições autorais em línguas africanas. Quatro anos depois, nasceu o trabalho *The invention of colour* (2013), gravado na Suécia e benquisto pela crítica. A revista inglesa especializada *Songlines*, por exemplo, deu 5 estrelas para o trabalho de Tiganá e o classificou dentro dos 10 melhores discos do mundo no ano de 2013.

Logo depois, lançou o álbum duplo *Tempo & Magma* (2015) gravado no Senegal após uma residência artística promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Os trabalhos mais recentes são os singles *Vida Código/Meios*, em que regrava tema do bloco afro *Ilê Aiyê* em dueto com a mãe, Arany Santana, e repagina música do primeiro álbum. O quarto disco está previsto para ser lançado em 2020.

## Filosofia africana

Se Nietzsche buscou inspiração nas figuras europeias clássicas de Apolo e Dionísio para suas proposições sobre arte, Tiganá recorre a figuras como os orixás e a filósofos africanos contemporâneos para pensar a cultura afro-brasileira.

A composição da música, em francês, *Le mali chez la carte invisible* (O Mali no mapa invisível, em português) traz uma narrativa contracolonial. Tiganá desestrutura a língua francesa, explica, para dar resposta à violência sofrida por povos africanos colonizados por franceses. Há ritmo na fala de Tiganá, ele conversa pausadamente, quase que solenemente, pensa nas palavras certas antes de cada resposta. O discurso faz quase uma reverência afetiva aos seus alicerces africanos, aos seus familiares e ancestrais.

“Podemos aprender um mundo com as diversas filosofias africanas. Estão baseados em um pensar que inclui uma prática e um comportamento. Em muitos desses pensares, há um senso de comunidade que é absolutamente fundamental”, detalha. “Para eles, é impossível existir se não for em comunidade. Pensar desse modo já nos coloca em um outro lugar, sobretudo, ao dialogar as questões de sociedade.”

Entre outras variáveis, ainda mais violentas e graves, para Tiganá, a sociedade brasileira perde por romper com as referências históricas. “Faz parte de uma política de Estado enfraquecer, na memória e na consciência, determinadas referências e pertencimentos, de referências de linguagem, espiritualidade e filosofias. Foi o que tornou o projeto colonial bem-sucedido. Há outras insurgências, também importantes, mas, em geral, é isso que nos estrutura”, explica. “Lembremos que temos apenas 131 anos de abolição. Tivemos três vezes mais tempo de escravidão”, destaca.

Para Tiganá, é isso que torna a questão do racismo profunda no Brasil. “A escravidão brasileira é a primeira da história da humanidade baseada no racismo científico e no fenótipo. É a partir disso que surgem as outras questões do Brasil, por exemplo, o fato de não haver nem mesmo nas expressões artísticas a presença epistemológica negra é a prova de que o racismo se trata de algo muito mais profundo”, diz.

Transgressor da cadeia musical monocromática, Tiganá redesenha com a voz doce e grave as pontes entre o Brasil e o continente africano e aposta em cantar as outras possibilidades de estar no mundo: “Justamente por viver na pele um Estado racista é preciso retomar as línguas africanas, trazer esses pensares e reafirmar que somos

peças e temos alma”.

Especial

A série Histórias de consciência presta homenagem a mulheres e homens negros que ajudam a construir uma Brasília justa, tolerante e plural. Todos os perfis deste especial e outras matérias sobre o tema podem ser lidos no site [www.correiobraziliense.com.br/historiasdeconsciencia](http://www.correiobraziliense.com.br/historiasdeconsciencia)

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Para incentivar a leitura em casa**

O Ministério da Educação lançou o programa Conta pra Mim, com o objetivo de incentivar a leitura no ambiente familiar. Além de um guia com dicas e técnicas de leitura em família disponibilizado no site do MEC, a pasta destinará R\$ 45 milhões para implantar espaços de leitura e ensinar os pais a praticar as técnicas em casa. Ao todo, o MEC prevê a instalação de cinco mil espaços até o final de 2020. Eles serão instalados em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas. O programa também pretende incentivar os professores da rede pública que trabalharem as atividades nestes espaços. A ideia é que os professores ofereçam três oficinas com duração de uma hora cada uma para as famílias. A recompensa será uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400. Para ministrar as oficinas, os professores passarão por um curso semipresencial. A pasta prevê a formação de 10 mil tutores. A medida faz parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em abril deste ano por meio de um decreto. “A família é um ator importante neste processo de alfabetização”, afirmou o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Lições do Pisa, o dever de casa não feito**

#### **Tivemos melhoras, mas continuamos mal; e vale a pena entender as razões**

A cada resultado do Pisa, desde 2000, leio com cautela os dados, buscando fugir da mera constatação de que não estamos bem. Sim, tivemos, nesta edição, melhoras na pontuação nas três áreas avaliadas, mas continuamos mal, e vale a pena entender as razões.

É verdade que o Brasil só universalizou o acesso ao fundamental entre o final do século 20 e o início do 21. Praticamente todos os países e economias nas primeiras posições do Pisa alcançaram a universalização bem antes de nós. Mas isso não é razão suficiente para o nosso fraco desempenho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/12/licoes-do-pisa-o-dever-de-casa-nao-feito.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Congresso manobra para carimbar fundo eleitoral e evitar novo desgaste em 2020**

#### **Além de inflar valor de R\$ 2 bi para R\$ 3,8 bi, parlamentares querem evitar pendência de nova votação em ano eleitoral**

Brasília

Além de inflar os recursos do fundo eleitoral para R\$ 3,8 bilhões, congressistas manobram para deixar carimbado já neste ano a totalidade da verba pública para a

campanha e evitar pendências que provocariam um novo desgaste político em 2020.

O projeto de Orçamento apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro, que previa inicialmente um fundo de R\$ 2 bilhões, não assegura integralmente os recursos para a eleição do próximo ano. O Congresso precisaria aprovar um projeto de lei até junho para liberar R\$ 1,3 bilhão desse valor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/congresso-manobra-para-carimbar-fundao-eleitoral-e-evitar-novo-desgaste-em-2020.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Veja quais partidos apoiam inflar o fundo eleitoral com dinheiro de áreas sociais Comissão aprovou relatório que aumenta recursos de campanha para R\$ 3,8 bilhões**

Brasília

O aumento do fundo eleitoral para R\$ 3,8 bilhões com corte de recursos em saúde, educação e infraestrutura uniu rivais como PSL e PT, além de ter sido respaldado por partidos do chamado centrão.

A medida teve o apoio de 13 partidos: PP, MDB, PTB, PT, PSL, PL, PSD, PSB, Republicanos, PSDB, PDT, DEM e Solidariedade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/veja-quais-partidos-apoiam-inflar-o-fundo-eleitoral-com-dinheiro-de-areas-sociais.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Veja quanto cada partido receberá caso fundo de R\$ 3,8 bi seja aprovado Congresso planeja inflar fundo público que financia campanhas eleitorais São Paulo**

A comissão que discute o Orçamento de 2020 no Congresso Nacional planeja destinar R\$ 3,8 bilhões para fundo eleitoral nas eleições do ano que vem. A verba, que sai do caixa da União, é distribuída entre todas as legendas e financia as campanhas.

Em 2018, foi repassado R\$ 1,7 bilhão. Para o pleito do ano que vem, o governo planejava reservar R\$ 2 bilhões, mas senadores e deputados articularam o aumento da quantia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/veja-quanto-cada-partido-recebera-caso-fundao-de-r-38-bi-seja-aprovado.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.**

### **Degrau**

Quase 75% das estudantes universitárias estimam que terão mais dificuldade do que os homens para chegar a um cargo de liderança, aponta pesquisa da consultoria de recrutamento Exec. O levantamento foi feito com 200 finalistas de seleção anual para

programa de mentoria com mulheres de destaque.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/12/maioria-de-universitarias-acredita-que-tera-mais-dificuldade-do-que-homens-no-trabalho-diz-pesquisa.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Brasil corre risco de ter professores em excesso e sem emprego nos próximos anos  
Aumento de formandos em cursos ligados ao magistério contraria queda da natalidade, mostra estudo**

São Paulo

O Brasil corre o risco de ter excesso de professores nos próximos anos.

A conclusão é do pesquisador Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, que apresentou um diagnóstico detalhado da educação nas 27 unidades da federação do país nesta quinta-feira (5).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/brasil-corre-risco-de-ter-exercito-de-professores-sem-emprego-nos-proximos-anos.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**SP tem salas de aulas lotadas, mas melhor infraestrutura que a média nacional  
Com relação às vagas nas creches, o estado mais rico do país tem o segundo pior desempenho**

São Paulo

São Paulo está entre os estados brasileiros com mais alunos cursando séries escolares na idade certa, além de ter melhor infraestrutura nas escolas e professores mais qualificados quando comparado à média nacional.

O estado, porém, vai pior em outros indicadores que influenciam a qualidade da educação, como número de alunos por sala e satisfação dos docentes com a carreira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/sp-tem-salas-de-aulas-lotadas-mas-melhor-infraestrutura-que-a-media-nacional.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Reitores vão à Justiça para que Weintraub prove falas sobre droga em universidades**

**Ministro da Educação afirmou que instituições têm plantações extensivas de maconha; MEC diz que não foi notificado**

São Paulo

Os reitores das universidades federais foram à Justiça exigir explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre declarações dele segundo as quais as instituições teriam "plantações extensivas de maconha" e laboratórios de produção de drogas sintéticas.

A ação foi protocolada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) na Justiça Federal de Brasília.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/reitores-vaio-a-justica-para-que-weintraub-prove-falas-sobre-droga-em-universidades.shtml>

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020**

#### **Presidente contraria equipe econômica e preserva gastos da pasta da Ciência e Tecnologia e de programas militares, mas permite contingenciamento em Saúde e Educação**

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem – de R\$ 11,7 bilhões – passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani – veículos de combate do Exército –, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, Bolsonaro atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas. Produção científica. O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas – entre empregos diretos e indiretos.

“Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos”, disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala

militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos –, além de fazer “decolar” o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para “elevação da rigidez do Orçamento”, dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado.

A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso.

topo 

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Tributo para educação e saúde pode ser menor**

BRASÍLIA

Os setores de saúde, educação e transportes podem receber tratamento específico no projeto de reforma tributária em estudo pelo governo. Uma das propostas é que o novo tributo que substituirá o PIS e a Cofins incidentes sobre produtos e serviços – batizado como Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – tenha algum tipo de isenção para esses três setores.

Proposta para criação da Contribuição sobre Bens e Serviços, em substituição aos atuais PIS e Cofins, deve estabelecer isenção parcial ou total para os três setores; governo afirma estar ‘sensível’ ao risco de uma variação abrupta de preços com a mudança tributária

Os setores de saúde, educação e transportes podem receber tratamento específico no projeto de reforma tributária em estudo pelo governo. Uma das propostas é que o novo tributo que será criado para substituir o PIS e a Cofins incidentes sobre produtos e serviços – e que foi batizado no projeto como Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – tenha algum tipo de isenção para esses três setores. A nova contribuição

funcionaria nos moldes do Imposto de Valor Agregado (IVA) que existe em outros países.

Em entrevista ao Estado, a assessora especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, Vanessa Rahal Canado, antecipou que a meta do governo é trabalhar com uma alíquota única para a CBS federal, entre 11% e 12%, mas será “sensível” aos impactos na saúde, educação e transportes para evitar uma variação abrupta de preços.

Críticos de um imposto único para todos os setores afirmam que haveria um aumento grande na carga tributária no setor de serviços, o que provocaria, por exemplo, elevação na mensalidade de escolas, consultas médicas e mensalidades de planos de saúde.

“Esses setores podem ser isentos. Há muito países em que eles são isentos do IVA. Pode fazer a isenção menor ou maior”, disse Vanessa, que ingressou há pouco tempo na equipe econômica para ajudar na elaboração da proposta de reforma tributária. De acordo com ela, o governo trabalha para enviar o texto ao Congresso ainda este ano.

Segundo ela, é possível fixar uma alíquota crescente durante um período predefinido para que esses setores se adaptem à mudança de preços relativos que a substituição do PIS e Cofins vai provocar.

“São setores socialmente sensíveis. Ainda estamos estudando qual é a melhor forma de mitigar o impacto. Mas uma delas é isenção, mesmo que ela seja gradual”, afirmou a assessora, acrescentando que, na União Europeia, saúde e educação têm isenção do IVA.

Fatiado. A criação da CBS faz parte da primeira parte da reforma tributária em estudo no governo. A ideia é fatiar o projeto. Na segunda fase, prevista inicialmente para o início de 2020, o plano é encaminhar a mudança no IPI, que deverá se tornar um tributo seletivo aplicado a bens como cigarros, bebidas e veículos.

A terceira fase, a ser enviada até o fim do primeiro trimestre, deve se concentrar no Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas – neste caso, incluindo o aumento da faixa de isenção e a criação de nova alíquota para os mais ricos. A última etapa, em meados do próximo ano, fará referência à desoneração da folha de salários das empresas.

Vanessa disse que o Ministério da Economia está atento à mitigação de impactos com a incorporação de PIS e Cofins em uma única contribuição. Segundo ela, é difícil tratar de forma homogênea os impactos da

CBS, inclusive entre empresas de um mesmo setor.

Ainda não está definido, por exemplo, como será a transição do modelo atual para o novo sistema. “Estamos terminando de estudar como fazer uma transição que mitigue o impacto de forma mais ou menos homogênea entre os setores”, disse. A assessora de Paulo Guedes explicou que o objetivo da proposta do governo é manter a atual carga tributária do PIS/Cofins.

Com o projeto de criação da CBS, a ideia do governo é acompanhar o movimento do

**Congresso de começar a reforma pela tributação sobre o consumo.** Câmara e Senado têm duas Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que também alteram a tributação do consumo. A diferença é que essas PECs incluem ainda os tributos cobrados pelos Estados e por municípios.

Vanessa afirmou que o projeto de reforma do PIS/Cofins anterior do governo não era propriamente de criação de tributo nos moldes do IVA. Mas, sim, focado na simplificação e calibragem de alíquota. “Pegamos a reforma do PIS/Cofins, que é absolutamente necessária, e aproveitamos todos os princípios de um bom IVA”, explicou ela.

Segundo ela, o governo vai propor uma reforma compatível com as duas PECs já em tramitação no Congresso. “Tramitando mais rápido ou devagar, o projeto é completamente compatível”, disse. Os setores com tributação monofásicas (em apenas um elo da cadeia) – como combustíveis, medicamentos e automóveis, higiene pessoal – serão reduzidos ao “mínimo possível”. A proposta é que esse sistema fique restrito a setores que não sofram tanta variabilidade de preços no consumidor final.

Vanessa afirmou ainda que o princípio a ser seguido é uma contribuição de base ampla (cobrado em todos os setores), alíquota única e o mínimo de exceções.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Congresso trava R\$ 22,8 bi**

#### **Impasse entre senadores e deputados paralisa obras e projetos e impede transferência de recursos do megaleilão do pré-sal do petróleo**

BRASÍLIA

A permissão para que 12 ministérios possam aplicar R\$ 22,8 bilhões em projetos ainda em 2019 depende do Congresso. Os parlamentares, no entanto, estão insatisfeitos com o ritmo de pagamento de emendas.

A permissão para doze ministérios aplicarem um montante de R\$ 22,8 bilhões em projetos de interesse do governo ainda em 2019 está nas mãos do Congresso. Para garantir o recurso extra, os parlamentares precisam aprovar uma lista de 24 projetos que estão no meio de um impasse entre deputados e senadores. Os parlamentares estão insatisfeitos com o ritmo de pagamento das emendas.

Se as propostas não forem aprovadas, obras para saneamento básico, unidades de saúde e até a transferência de recursos do megaleilão do petróleo para Estados e municípios só poderão ocorrer em 2020. Assim, se o Congresso não aprovar esses projetos, os R\$ 22,8 bilhões seriam usados para reduzir o rombo fiscal do ano.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenta um acordo com a Câmara para realizar sessões do Congresso Nacional ao longo da próxima semana e votar as propostas. “Os ministérios estão todos sem condição de terminarem a execução financeira do ano”, afirmou Alcolumbre.

Deputados, por outro lado, resistem em aprovar as propostas diante de insatisfações com o Planalto e com o Senado Federal. Na terça-feira, o líder da maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPPB), afirmou que não havia mais tempo para análise. “Foi muita patinação. Aqui, a gente não tem clima para patinação”, disse.

Esses projetos precisam ser aprovados em uma sessão conjunta do Congresso Nacional, que reúne deputados e senadores, e depende do aval de 257 votos na Câmara (dos 513 deputados) e 41 no Senado (dos 81 senadores). O prazo está apertado porque os parlamentares ainda precisam analisar vetos presidenciais e Orçamento de 2020.

Projetos. Na fila, há projetos com forte apelo entre os parlamentares. Uma das propostas abre crédito de R\$ 5,9 bilhões permitindo o repasse dos recursos do megaleilão do petróleo para Estados e municípios ainda em 2019. Nos bastidores, deputados afirmam que o dinheiro só cairia de fato nos caixas no próximo ano. Prefeitos e governos, no entanto, pressionam para contabilizar os recursos diminuir o rombo das contas este ano.

Também há textos que remanejam recursos para emendas parlamentares, aquelas indicadas por deputados e senadores para os redutos eleitorais.

Outro projeto, de R\$ 5,4 bilhões, foi apresentado para assegurar a manutenção de plataformas da subsidiária holandesa da Petrobrás, a Petrobrás Netherlands B.V., que ainda não foram nacionalizadas pela estatal brasileira. Outro texto, este de R\$ 1,8 bilhão, garante à petrolífera adequar os projetos previstos no Orçamento de investimento da Petrobrás como prioridade para 2019.

Há ainda uma proposta de R\$ 3,8 bilhões que envolve o incremento de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e a estruturação de unidades de atenção especializada. O mesmo projeto prevê o uso de recursos para obras de saneamento em municípios com até 50 mil habitantes e infraestrutura turística.

De acordo com fontes ouvidas pela reportagem, esse projeto permite a liberação de emendas indicadas por senadores e, por isso, enfrenta resistência de deputados.

O Estadão/Broadcast procurou os Ministérios da Economia, Saúde, Educação, Cidadania, Infraestrutura e Defesa, mas nenhum quis se posicionar.

Impasse. Nos bastidores, a insatisfação de deputados ocorre com a pressa para que os recursos das emendas parlamentares sejam efetivamente pagos. As emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores, no Orçamento, sobre como devem ser destinados recursos para seus Estados de origem.

Na última semana, o Planalto prometeu agilizar as transferências. O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDBTO), afirmou ao Estadão/Broadcast que o total de recursos liberados em 2019 vai surpreender. “Acho que (vai ser) inédito nos últimos anos.” Além disso, os deputados ficaram irritados com Alcolumbre após alguns vetos do presidente Jair Bolsonaro serem mantidos por não haver votos entre os senadores para derrubá-los.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **A ordem dos fatores**

País é despreparado para enfrentar exigências trazidas pela revolução tecnológica para a formação do capital humano.

Acompanhei pelas redes a angústia de um pai inconformado com a correção do trabalho

de sua filha de sete anos. A partir de uma figura, que mostrava três cestas com oito laranjas cada, os alunos deveriam achar o total de laranjas utilizando expressões matemáticas. A menina respondeu:  $8+8+8=24$  ou  $8 \times 3=24$ . Correto, não? Pois para surpresa da criança, ela perdeu pontos pela segunda resposta. Deveria ter escrito  $3 \times 8$ , afinal, eram 3 cestas com 8 laranjas. Pois é.

Pensei na minha mãe, apaixonada pela matemática e professora primária. Com ela aprendi a beleza dos números e a liberdade do raciocínio. Meu professor do ensino médio, Jacques, também me influenciou, seu entusiasmo pela matemática tornava o estudo mais lúdico e fácil. Nunca entendi o medo que muitos têm de lidar com números.

Mãe e mestre foram determinantes para que eu cursasse a Faculdade de Matemática.

Nada deixava dona Lia mais irritada do que ouvir, de seus alunos em aulas particulares, o fatídico: “Mas meu professor não ensinou assim”. No caso dessa menina, a professora ensinou assim e errado. Pior, minou a criatividade da aluna e o prazer da descoberta que a matemática proporciona. Não é à toa que o Brasil tem vergonhosa classificação no Pisa – continuamos com indicadores abaixo de 2009, apesar do crescimento dos gastos com educação. Dois terços dos brasileiros de 15 anos sabem menos que o básico de matemática.

Tão assustador quanto o fim da propriedade comutativa da multiplicação, decretada nessa escola – privada –, foi o apoio que a professora recebeu nas redes. Independentemente da matemática, em que mundo oito laranjas em cada três cestas é diferente de três cestas com oito laranjas cada? Esse analfabetismo funcional mostra o quão despreparados estamos para enfrentar as exigências que a revolução tecnológica traz para a formação do capital humano.

Não é apenas uma tragédia social. Sem um salto na produtividade não sairemos desse crescimento medíocre, mesmo com reformas para melhorar o funcionamento do Estado. A menor participação estatal na economia resolve apenas parte da nossa ineficiência. Falta a abertura comercial mais radical, para estimular competitividade e novas práticas de gestão. Mas falta, acima de tudo, levar educação a sério. Não só porque contribui para uma economia mais produtiva, como, mais importante ainda, porque é um elemento de redução de desigualdades. É um dos mais importantes fatores de mobilidade social.

Para isso, a porta de entrada deve ser a mesma para todos, independentemente do CEP da residência, cor ou nível social. Essa sim é uma situação onde a ordem de fatores altera o produto. Se a primeira etapa já vier marcada pelas diferenças, será muito difícil corrigir mais a frente. Apesar de o País estar se conscientizando da importância do cuidado à primeira infância, continuamos muito atrasados na oferta igualitária de educação básica. Ainda existem 2 milhões de crianças sem acesso à educação, que se juntam a milhões que estão na escola, mas não aprendem.

As cotas, que vem dando resultado ao equiparar o número de matrículas nas universidades públicas de negros e pardos com brancos, não resolvem o problema na origem, nem configuram uma solução para todos. A discrepância na qualidade de ensino existe entre negros e brancos, entre pobres e ricos e também entre escolas públicas e escolas privadas, como mostra o Pisa. A urgência e o foco deveriam estar na melhora da

educação na base, igualando as oportunidades de acesso a um ensino de qualidade. As cotas perderiam relevância e se tornariam uma política compensatória transitória.

A errada correção do exercício da criança mostra a importância de se investir no professor. Aprendemos mal porque ensinam mal. São os alunos do ensino médio, que tiram notas ruins no Enem, que buscam seguir a carreira do magistério, perpetuando o baixo nível de aprendizado. Os especialistas no tema trazem muitas sugestões: estágio sob supervisão para os novos; exigência de nota mínima no Enem, ou abertura para profissionais que não cursaram pedagogia, mas têm excelência em temas específicos. Com o envelhecimento da população, a demanda por professores será menor, cria-se a oportunidade para ajustes na remuneração e valorização da carreira, que é mais do que aumento salarial. As ideias estão aí para serem estudadas e debatidas. A formação de professores e atratividade da profissão é uma das atribuições do Ministério de Educação. Mas, por lá, eles estão mais preocupados em criar um disque denúncia ideológico.

Neste governo, educação só vira manchete por conta da falta de educação do ministro.

Em tempo. O desempenho do Flamengo este ano mostra que só ajuste fiscal não é suficiente. Abertura comercial foi fundamental para aumentar a produtividade do time. Técnico estrangeiro arejou nosso futebol. CBF #ficaadica

Em que mundo 8 laranjas em cada 3 cestas é diferente de 3 cestas com 8 laranjas cada?

\*

ECONOMISTA E ADVOGADA

topo ↕

**O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA**

**Sem futuro**

**Retirando verbas da Educação, estamos levando uma geração a continuar sem condições de entender o que estuda**

A maior demonstração de que os vícios da velha política permanecem intactos num Congresso que se orgulha de ser “reformista” é a decisão de cortar verbas de impacto social, como para educação e saneamento, a fim de mais que dobrar o Fundo Eleitoral para a campanha das eleições municipais do ano que vem. Prejudicando o futuro dos cidadãos em troca de um presente viciado.

Um país que acaba de sair em estado lastimável do exame internacional Pisa, que mede a proficiência dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, precisa desesperadamente de uma política educacional. Retirando verbas da Educação, estamos levando uma geração de brasileiros a continuar sem condições mínimas de entender o que estuda, sem os instrumentos adequados para escolher futuramente um candidato.

Transformar o financiamento público de campanhas eleitorais em pretexto para reduzir os gastos sociais no Orçamento federal é o típico comportamento de políticos que vivem numa redoma, descolados da sociedade que representam.

A esquerda alega que criticar o valor gasto em eleições é criminalizar a política. A direita trabalha para a volta do financiamento privado. Todos se veem como servidores

públicos injustiçados pelas críticas, e gostariam que mais que dobrar a verba para suas campanhas eleitorais fosse visto pela sociedade como um investimento na democracia.

Deputados e senadores que recuperavam a imagem do Congresso tomando as rédeas para a aprovação de reformas fundamentais para o país usaram esse controle para se unir como raramente fazem para avançar sobre o cofre público.

O aumento sugerido, de R\$ 1,7 bilhão na eleição de 2018 para R\$ 3,8 bilhões agora, foi um pedido de nada menos que 13 partidos (PT, PSDB, MDB, PSL, PSD, Solidariedade, DEM, Republicanos, PSB, PDT, PTB, PP e PL). O aumento escandaloso foi feito a conta-gotas. O governo previu no Orçamento da União R\$ 2,5 bilhões para financiar campanhas de candidatos a prefeituras e câmaras municipais nas eleições do ano que vem, um aumento de 48% em relação ao que foi gasto em 2018.

O argumento inicial era de que as eleições municipais são mais amplas, e exigiriam mais dinheiro que uma eleição presidencial, de deputados federais e estaduais e senadores. Não satisfeitos, os políticos encontraram um jeito de mais que dobrar o fundo, para R\$ 3,8 bilhões, e para tal aberração foram buscar em áreas do Orçamento o dinheiro que lhes faltava.

E capricharam na escolha. Os maiores cortes foram em saúde (R\$ 500 milhões), infraestrutura e desenvolvimento regional, inclusive verbas para habitação e saneamento (R\$ 380 milhões de reais), educação (R\$ 280 milhões de reais).

O aumento, já aprovado em comissão, ainda tem de ser votado no plenário em reunião conjunta do Congresso. Se confirmado, as duas maiores bancadas, PT e PSL, juntas, terão quase R\$ 800 milhões do Fundo Eleitoral, cerca de 20% do total para distribuir aos seus candidatos a prefeito e vereador.

É claro que é mais fácil aumentar o sangramento do orçamento público do que montar uma legislação que permita o uso de financiamento privado junto com o público, com regras de controle rígidas, para que não se repita a corrupção desenfreada que dominava nosso sistema eleitoral até recentemente.

Para coibir a rouboalheira privada, aumenta-se o saque ao orçamento público, como se não prejudicasse o país da mesma maneira. Especialmente num momento em que se pede sacrifícios à população.

A campanha eleitoral de 2018 foi exemplar de como se pode fazer política com um custo reduzido, e parecia ter sido uma experiência exitosa. Mas os parlamentares não se contentam com pouco, e alegam que limitar os gastos eleitorais é um crime contra a democracia.

Teremos, ao final, mais uma crise, pois o líder do governo, Fernando Bezerra, garantiu que o presidente Bolsonaro vetará qualquer aumento acima de R\$ 2,5 bilhões.

[topo](#)

**O GLOBO - RJ - O PAÍS**

**O inimigo das universidades**

**Em nova ofensiva, Weintraub associou as universidades federais à produção de drogas. Num governo funcional, a acusação falsa resultaria em demissão sumária**

As universidades são centros de pensamento crítico e produção de conhecimento. No governo Bolsonaro, passaram a ser tratadas como inimigas do poder.

O ministro Abraham Weintraub não demorou a atacá-las. Assim que assumiu o cargo, em abril, ele classificou as instituições federais como locais de “balbúrdia”. Em seguida, passou a asfixiá-las com o corte de verbas e bolsas de pesquisa.

Há duas semanas, o ministro iniciou uma nova ofensiva. Em entrevista a um site bolsonarista, ele associou as universidades à produção de drogas. No dia seguinte, repetiu o besteiro no Twitter.

Weintraub disse que “algumas universidades” teriam plantações extensivas de maconha, “a ponto de precisar de borrifador de agrotóxico”. Depois afirmou que faculdades de química esconderiam laboratórios de metanfetaminas.

As acusações misturavam notícias distorcidas e mentiras deslavadas. Mesmo assim, serviram para incitar as milícias virtuais contra as universidades.

O ministro já demonstrou que não merece ser levado a sério. Seguidor de Olavo de Carvalho, ele costuma recorrer à polêmica vazia e ao insulto para tumultuar o debate político. Ao se ver em apuros, fabrica outro factóide para desviar a discussão.

O novo ataque às universidades cumpriu essa tarefa. Quando delirou com as plantações de maconha, Weintraub já sabia que o Brasil seria reprovado no Pisa, que mede o desempenho dos países na educação. Os dados remetem ao último ano do governo Temer, mas reforçam a pressão sobre quem está no poder.

Na quarta-feira, o ministro foi convocado a se explicar sobre as acusações falsas na Câmara. Ontem os reitores foram à Justiça para obrigá-lo a se retratar. Na interpelação, afirmaram que Weintraub promove a “difamação genérica” contra instituições que deveria proteger.

Num governo funcional, o episódio levaria à demissão sumária do ministro. Na gestão atual, é mais provável que ele ganhe um afago do chefe.

[topo](#)

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Reitores recorrem à Justiça contra Abraham Weintraub**

#### **Ministro da Educação afirmou, sem provas, que federais são berço de ‘plantações de maconha’**

BRASÍLIA

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou na Justiça contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que o gestor preste esclarecimentos sobre as acusações que tem feito contra as universidades federais.

A interpelação judicial foi protocolada pela Andifes na quarta-feira e requer que Weintraub se retrate de suas declarações sobre plantação de maconha nas federais e produção de drogas em laboratório, ou apresente provas para embasar as afirmações.

A medida, protocolada na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, tem como base

declarações de Weintraub durante uma entrevista ao “Jornal da Cidade” e publicações do ministro no Twitter. Ontem, a Comissão de Educação da Câmara convocou o dirigente do MEC para esclarecer as acusações.

O documento assinado pelos reitores cita publicações no Twitter do ministro relacionando a Universidade de Brasília (UNB) e a Federal de Minas Gerais (UFMG) à produção de drogas.

No caso da UNB, uma notícia de 2017 publicada pelo ministro apontava que plantas de maconha teriam sido encontradas em terreno da universidade. Posteriormente, no entanto, foi provado que as mudas não estavam na instituição.

Em relação à UFMG, Weintraub publicou uma reportagem que mencionava investigação da polícia sobre estudantes que teriam usado insumos da instituição para produção de drogas. No entanto, ficou provado que os condenados no caso não tinham vínculo formal com a instituição.

Os reitores exigem ainda que o ministro explique seus ataques à autonomia universitária, prevista pela Constituição, uma vez que afirmou que essa garantia é “falaciosa”.

Em resposta ao GLOBO, o MEC afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

## ‘ASSUNTOS DA FAMÍLIA’

Ontem, o ministério lançou o programa “Conta pra mim”, que prevê o uso de R\$45 milhões para incentivar pais a ler para os filhos. A medida é uma das estratégias da pasta para implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), motivo de críticas de parlamentares e especialistas, que vêm apontando a paralisação do MEC nessa área.

De acordo com o ministério, o recurso será utilizado para financiar professores tutores para atuar em 5 mil espaços que serão criados em creches, escolas, museus e bibliotecas.

O programa inclui a distribuição de “Kits de literacia”, que incluirão livros infantis e orientações para os pais. Além desses kits, que custarão cerca de R\$17 milhões, alunos do 1º e do 2º anos do fundamental receberão almanaques da Turmada Mônica, ilustrados pelo Instituto Mauricio de Sousa com conteúdo formulado pelo MEC. Segundo Weintraub, os conteúdos serão “assuntos da família brasileira”. Questionado sobre que tipos de assunto seriam esses, o ministro não deu detalhes.

[topo](#)

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Educação e saúde podem ser exceções na reforma

### Negociações no Congresso avaliam tratamento diferenciado para facilitar unificação de tributos

Os acordos em negociação nos bastidores do Congresso sobre a reforma tributária consideram a possibilidade de um tratamento diferenciado para os segmentos de saúde e educação, o que é considerado um avanço para os representantes dos dois setores em relação à unificação dos tributos sobre consumo. Eles veem como avanço a discussão

sobre a necessidade de uma alíquota diferenciada, mas ainda estão preocupados com o nível da taxa a ser definida - e também com o pleito de desoneração de folha de pagamento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/12/06/educacao-e-saude-podem-ser-excecoes-na-reforma.ghtml>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Brasil corre risco de criar excedente de professores

#### De 2013 a 2017, 1,148 milhão de docentes saíram das universidades, cerca de metade do total de profissionais da área nos setores público e privado em 2018

Com o envelhecimento da população e o boom de cursos de licenciatura, o Brasil corre o risco, mantido o ritmo atual, de criar um excedente de professores, estima Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e economista-chefe do Instituto Ayrton Senna. De 2013 a 2017, 1,148 milhão de docentes saíram das universidades, cerca de metade do total de profissionais da área nos setores público e privado no ano de 2018, em torno de 2,2 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/12/06/brasil-corre-risco-de-criar-excedente-de-professores.ghtml>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

### Cruzeiro do Sul compra Universidade Positivo

#### Grupo do Paraná tem R\$ 200 milhões para adquirir escolas

Três meses após adquirir o centro universitário Braz Cubas, a Cruzeiro do Sul fechou a compra de 100% da Universidade Positivo, do Paraná, um dos ativos mais cobiçados do mercado. Segundo fontes, a transação girou na casa dos R\$ 500 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/12/06/cruzeiro-do-sul-compra-universidade-positivo.ghtml>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Universidades correm para atender demanda por profissionais capacitados

#### Déficit de profissionais qualificados para atuar na área de tecnologia pode chegar a 750 mil dentro de um ano

Por mais que universidades e empresas se apressem, não conseguirão atender a demanda por profissionais capacitados em Internet das Coisas ao longo dos próximos anos. A previsão é de especialistas que estão à frente de instituições de ensino públicas e privadas. Estudos apontam que, já em 2020, haverá cerca de 50 milhões de dispositivos conectados à internet. “A demanda é tão grande que o déficit de pessoas especializadas deve continuar nas próximas décadas”, afirma Nicolas Spogis, coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e responsável pela área de IoT da PUC Campinas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2019/12/06/universidades-correm-para-atender-demanda-por-profissionais-capacitados.ghtml>

topo ↕

## AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

### MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

#### Programa prevê treinamento de tutores de leitura capacitados pelo MEC

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

#### Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

#### Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini

biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

## Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **MEC destina R\$ 45 milhões a programa voltado para incentivar pais a lerem para os filhos**

#### **"Conta Pra Mim" inclui distribuição de almanaques da "Turma da Mônica" com conteúdo formulado pelo ministério a partir de "assuntos da família brasileira"**

BRASÍLIA- Após críticas de parlamentares e especialistas sobre a falta de ações no Ministério da Educação (MEC), sobretudo em relação à Política Nacional de Alfabetização (PNA), o MEC lançou nesta quinta-feira o programa "Conta pra mim", que prevê o uso de R\$ 45 milhões para incentivar pais a lerem para os filhos. A medida é uma das estratégias do ministério para implementação da PNA.

De acordo com o MEC, o recurso será utilizado para financiar professores tutores para atuar em cinco mil espaços que serão criados em creches, escolas, museus e bibliotecas, chamados "Cantinho conta pra mim". Esses locais serão destinados a treinar os responsáveis a contarem histórias para as crianças e também poderão receber alunos para realização de atividades. A expectativa do MEC é que um milhão de famílias sejam atingidas pelo programa.

Os professores tutores da rede pública receberão uma bolsa com um valor que deve variar entre R\$ 300 e R\$400. Esses profissionais serão responsáveis por ensinar aos pais das crianças técnicas de "literacia familiar" ao longo de três encontros com duração de uma hora. Segundo o MEC, os tutores devem ajudar os pais a aplicar técnicas de leitura e contação de história para auxiliar as crianças da primeira infância a desenvolverem recursos cognitivos que auxiliem na alfabetização. Questionado sobre qual seria a estratégia do ministério para atender pais de baixa renda que não sabem ler e escrever o ministro afirmou que as oficinas também trabalharão a oralidade.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Já o Indicador do Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em 2018 pelo Instituto Paulo Montenegro, mostra que cerca de 30% dos jovens e adultos de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais.

— Há técnicas que mostram que mesmo um analfabeto que conta história para o filho de cabeça gera um impacto gigantesco no ensino dele. Essa pergunta (sobre os pais analfabetos) foi a primeira que eu fiz quando apresentaram o programa. Acreditamos que mesmo pais analfabetos vão buscar os Cantinhos e buscar formas para conseguir suprir a necessidade. Não podemos trabalhar com exceção, o impacto vai ser muito grande — afirmou Weintraub, que não quis comentar sobre o relatório da Comissão

Externa de acompanhamento do MEC na Câmara (Comex/MEC) criticando a gestão da pasta.

O secretário Nacional de Alfabetização, Carlos Nadalim, complementou a fala do ministro. Segundo ele, o programa pode ajudar pais analfabetos a desenvolverem técnicas que estimulem o vocabulários dos filhos por meio da conversa.

— A primeira é interação é verbal, podemos ensinar pais analfabetos a melhorarem estratégia de conversação com crianças pequenas. A prática não se resume à leitura em voz alta feita para as crianças — disse.

Assuntos da família brasileira

O programa inclui a distribuição de "Kits de literacia", que incluirão livros infantis e orientações para os pais. Além desses kits, que custarão cerca de R\$17 milhões, alunos do 1º e do 2º ano do ensino fundamental receberão almanaques da Turma da Mônica, ilustrado pelo Instituto Maurício de Sousa com conteúdo formulado pelo MEC.

Segundo Weintraub, os conteúdos presentes no material serão "assuntos da família brasileira". Perguntado sobre que tipos de assunto seriam esses, o ministro não deu detalhes.

— Serão historinhas bonitinhas do Brasil, do folclore do Brasil. A preocupação de trazer Maurício de Sousa foi para dar o ar de brasilidade, resgatar a história, a cultura e os valores — disse o ministro.

Ao longo do programa, o MEC pretende disponibilizar 40 vídeos sobre o tema na internet. Com o lançamento do Conta pra mim, cinco vídeos já foram disponibilizados. O secretário de alfabetização argumentou que "para formar bons leitores é preciso formar bons ouvintes".

— Literacia familiar é um conjunto de práticas e experiências relacionadas ao desenvolvimento da linguagem, escrita e leitura. Práticas vivenciadas em casa pelos pais com seus filhos— disse Nadalim, acrescentando que o MEC não aposta em um único método, embora a PNA mencione apenas o método fônico. — Em nenhum momento apostamos em uma bala de prata, sabemos que há facilitadores precursores da alfabetização que são importantes. Os pais precisam encorajar os filhos para que tomem gosto pela leitura.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Rodrigo Maia recria comissão para discutir projeto Escola Sem Partido. Projeto provocou polêmica no ano passado, e comissão encerrou trabalhos sem discutir parecer do relator sobre o tema. Ao G1, Maia disse ter recriado grupo a pedido de alguns deputados.**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), recriou a comissão especial responsável por discutir o projeto conhecido como Escola Sem Partido. O anúncio foi feito na noite desta quarta-feira (4), durante a sessão de votações.

A decisão de Rodrigo Maia foi tomada um ano após a comissão que discutia a mesma proposta ter encerrado os trabalhos sem sequer ter votado o parecer do relator.

Polêmico, o projeto proíbe professores de se manifestarem posicionamentos políticos ou

ideológicos. Também os proíbe de discutir questões de gênero em sala de aula.

Ao G1, Rodrigo Maia disse que decidiu recriar a comissão a pedido de alguns deputados, mas acrescentou que não há compromisso em votar a proposta.

Indagado se vê risco de o tema, por ser controverso, desviar o foco de outras pautas consideradas mais prioritárias pelos parlamentares, especialmente na área econômica, o presidente da Câmara disse que não.

"Não, pois não há compromisso de votar, e existe o direito de existir o debate", afirmou.

Comissão da Escola sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer

Comissão

A comissão especial responsável por discutir o Escola Sem Partido será composta por 34 deputados titulares e mais 34 suplentes.

O início dos trabalhos depende, ainda da indicação dos integrantes, feita pelos líderes partidários.

O que diz o projeto

O projeto foi apresentado pelo ex-deputado Erivelton Santana (Patriota-BA) e propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Pelo texto, será especificado que o ensino será ministrado tendo como princípio o "respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas."

Críticos ao texto argumentam que o projeto não permitirá o pensamento crítico em sala de aula. Defensores alegam que a proposta tem como objetivo evitar a "doutrinação" nas escolas.

No ano passado, a comissão que discutiu o projeto era presidida pelo então deputado Marcos Rogério (DEM-RO), atualmente senador. A relatoria foi de Flavinho (PSC-SP), que não é mais deputado.

topo ↕

**G1 - TEMPO REAL**

**AP anuncia instituições que vão receber projeto do MEC para escolas cívico-militares**

**Antônio Ferreira Lima Neto e Antônio Munhoz Lopes são as escolas estaduais selecionadas para o programa do Ministério da Educação.**

Buscando implantar metodologia de ensino e gestão no Amapá, o Governo Federal escolheu duas escolas estaduais de Macapá para receber a implantação, a partir de 2020, do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Defesa.

As escolas selecionadas são Antônio Ferreira Lima Neto, no bairro Parque dos Buritis, e

Antônio Munhoz Lopes, no conjunto habitacional Macapaba. Ambas estão situadas na Zona Norte da capital.

Cada escola selecionada receberá R\$ 1 milhão para a aplicação do novo modelo, com novas regras e estrutura. As escolas foram escolhidas por estarem em regiões com alta vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) informou que foram realizadas consultas em 6 escolas que poderiam estar inseridas nos pré-requisitos, incluindo 2 do município de Mazagão.

Cerca de 54 escolas, de todo o Brasil, integrantes do projeto, terão gestores escolares e coordenadores pedagógicos capacitados pelo MEC em dezembro, quando irão participar de uma apresentação do Pecim e orientados sobre a aplicação do novo modelo.

Pecim

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi lançado pelo Governo Federal em setembro e visa estimular a criação de escolas cívico-militares nos estados e municípios.

O projeto fará com que a União coloque à disposição das gestões estaduais e municipais a estrutura e os profissionais das Forças Armadas, para que contribuam nas funções administrativas e de gestão das escolas.

O MEC afirmou que a meta é construir 216 escolas, no modelo Pecim, espalhadas pelos 26 estados e no Distrito Federal até 2023, visando melhorar a qualidade do ensino em todo país.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Estudante de Manaus ganha medalha de ouro nas Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas**

**Daniel Bastos Amaral ficou entre os 160 melhores estudantes do país na categoria em que participou.**

O aluno Daniel Bastos Amaral, estudante do 7º ano da escola municipal Joaquim Gonzaga Pinheiro, localizada na Zona Oeste de Manaus, conquistou uma Medalha de Ouro, no nível 1, da 15ª edição das Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Em 2018, ele participou de um curso preparatório e, em 2019, participou da competição e ficou entre os 160 melhores estudantes do país na categoria em que participou.

A Obmep 2019 é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, de escolas públicas municipais, estaduais e federais, além de escolas privadas, bem como aos respectivos professores, unidades de ensino e secretarias de educação, todos localizados no território brasileiro. Neste ano, a Obmep recebeu mais de 18 milhões de inscrições e foi realizada em 99,71% dos municípios do Brasil.

Para conseguir a Medalha de Ouro, Daniel ficou entre os 160 melhores estudantes do Brasil no nível 1, destinado a estudantes do 6º e 7º ano do ensino fundamental. Em 2018, Daniel levou a menção honrosa, ganhou uma bolsa e participou de um curso de preparação para a Obmep de 2019.

“Eu fiquei muito feliz com o resultado, não esperava a Medalha de Ouro. Eu já tinha conseguido menção honrosa ano passado e resolvi fazer este ano de novo, então eu me preparei estudando muito. Eu já estava no pique da Obmep porque eu já estava recebendo um curso por conta do resultado do ano passado”, comentou.

Como prêmio pelo resultado, além da medalha, Daniel será convidado a participar do Programa de Iniciação Científica (PIC Jr.) como incentivo e promoção do desenvolvimento acadêmico dos participantes.

A participação no PIC inclui o recebimento de uma bolsa de Iniciação Científica Jr. do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A estrutura e o planejamento do programa serão definidos e divulgados no início de 2020 na página do programa.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro poupa Defesa e Ciência de cortes no Orçamento de 2020**

#### **Presidente contraria equipe econômica e preserva gastos na Ciência e Tecnologia e nos programas militares, mas permite bloqueio na Saúde**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem — de R\$ 11,7 bilhões — passou a ser imune aos bloqueios. Este ano, o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani — veículos de combate do Exército —, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, Bolsonaro atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a

produção científica do país em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas — entre empregos diretos e indiretos.

“Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade [ao Ministério da Defesa]. O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos”, disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos —, além de fazer “decolar” o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para “elevação da rigidez do Orçamento”, dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado. A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso.

topo 

## **PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

### **Pelo fim da desigualdade nas salas de aula**

### **Segundo relatório do Pisa, o Brasil está no grupo de países com maior segregação social entre escolas**

A divulgação do Pisa, o exame feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), exige uma reflexão de toda a sociedade. A avaliação de jovens de 15 anos nas áreas de ciências, matemática e leitura é feita não apenas nos 36 membros da OCDE, em sua maioria países ricos, mas também em outras 43 nações, inclusive o Brasil. Segundo os últimos dados, quatro em cada dez estudantes brasileiros estão nos níveis mais baixos de desempenho em leitura, ciências e matemática. Somente 2% dos jovens brasileiros ficam no topo da escala de aprendizado.

Quem acha que nossos problemas de educação estão restritos a nossas escolas públicas

está equivocado. O desempenho médio em leitura dos alunos brasileiros que estão entre os 25% de maior nível socioeconômico — público, portanto, com maior acesso às escolas privadas — fica abaixo da média de todos os alunos dos países da OCDE. Nossos estudantes mais ricos têm resultados inferiores aos dos alunos mais pobres de 11 nações, entre elas Cingapura, Canadá, Finlândia, Irlanda e Estônia.

Após um período de melhoria significativa nas médias entre 2003 e 2012, especialmente em matemática, o que temos visto nos últimos anos é estagnação. Ou seja, deixamos de melhorar e ainda estamos numa posição ruim. Continuamos bem longe das nações que estão no topo e não conseguimos brilhar nem quando comparados a outros países latino-americanos. Na região, estamos em posição intermediária. O reconhecimento da persistência de nossos graves problemas não deve, porém, eliminar do debate público alguns avanços. Aumentamos, por exemplo, o número de jovens matriculados no ensino médio entre 2000 e 2018 sem que os resultados do Pisa tenham caído no período.

Mas os últimos dados divulgados deixam claro que a questão mais importante no momento é o que devemos fazer para avançar no caminho de um sistema educacional de qualidade para todos e todas, no qual a melhoria nos resultados seja apenas consequência desse esforço. Várias ações fundamentais já foram apontadas algumas vezes, como a melhoria da formação e da atratividade da carreira docente, a busca por um financiamento adequado e eficiente e a melhoria da gestão de nossas escolas e redes de ensino, apenas para citar algumas. Sem prejuízo a essas ações, o Pisa nos alerta para outra dimensão essencial a ser enfrentada para avançarmos no ritmo desejado: a redução das brutais desigualdades de nosso sistema escolar, um reflexo da sociedade que somos. O relatório mostra, por exemplo, que o Brasil está no grupo de países com maior segregação social entre escolas, o que significa que a chance de um aluno de maior nível socioeconômico estudar ao lado de um de menor renda é muito inferior por aqui à verificada na maioria das outras nações analisadas.

Comparar resultados educacionais de países em contextos sociais e estágios de desenvolvimento tão diferentes é algo que precisa ser feito com cautela, mas o Pisa permite ao menos identificar características em comum entre as nações de alto desempenho. Uma delas é justamente o fato de a desigualdade de oportunidades educacionais ser menor nesses países, uma evidência de que é possível aliar excelência a equidade. O combate às desigualdades por vezes é entendido como uma competição entre os que estão no topo e aqueles em condições menos privilegiadas. No caso específico da educação, a experiência internacional mostra que é possível diminuir a distância entre os extremos sem prejuízo aos que estão no topo. O Pisa indica que os países onde há, proporcionalmente, mais jovens com desempenho nos maiores níveis de proficiência nas provas são também aqueles com menor percentual de estudantes nas menores escalas de aprendizado. Isso mostra claramente que, para fazer o sistema avançar como um todo, sem prejuízo de nenhum grupo, a melhor estratégia é concentrar esforços para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos de menor nível socioeconômico. Ao priorizar esse grupo, todos os demais tendem a ser empurrados para cima.

O esforço para melhorar a educação brasileira é de toda a sociedade. Mas é esperado que o Ministério da Educação (MEC) lidere esse movimento. Isso precisa ser feito de maneira sensata e se concentrando nos problemas reais a serem enfrentados, com um projeto sólido construído a partir do exemplo de nossas melhores experiências locais e

executado por meio de um diálogo respeitoso e construtivo com gestores, professores, pais e alunos. Sinais, infelizmente, em falta no atual comando do MEC.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

### Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

### Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica – confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

## Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

## PORTAL VEJA - TEMPO REAL

### **Reitores vão à Justiça contra Weintraub por fala sobre droga em federais Associação de dirigentes moveu ação para cobrar esclarecimentos do ministro da Educação, que disse haver extensas plantações de maconha em universidades**

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou com uma ação na Justiça para cobrar explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre uma entrevista em que ele disse haver produção de drogas ilícitas em universidades federais.

A ação foi apresentada pelo reitores na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Os dirigentes afirmam que a declaração do ministro apresenta “teor depreciativo em relação às universidades federais e, em consequência, aos seus reitores”.

No dia 21 de novembro, em entrevista ao Jornal da Cidade Online, Weintraub disse haver “extensas plantações de maconha” em universidades federais, além de “laboratórios de desenvolvimento de droga sintética”.

Na quarta-feira, 4, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou a convocação de Weintraub para tratar sobre a entrevista. No total, o colegiado aprovou cinco requerimentos de convocação ao ministro, apresentados por deputados do PT, PSOL, PSB e Podemos.

A previsão é de que o ministro seja ouvido pelo colegiado na manhã da próxima quarta-feira, 11. Ao contrário de pedidos de convite, os requerimentos de convocação por comissões do Congresso tornam obrigatório o comparecimento do requerido.

Caso não compareça e não apresente justificativas para a ausência, Weintraub pode responder por crime de responsabilidade.

Outros requerimentos apresentados também pedem explicações ao ministro sobre ações como a divulgação do telefone da deputada Tabata Amaral (PDT-SP) e críticas a professores de universidades federais.

(Com Agência Brasil)

topo ↕

## PORTAL VEJA - TEMPO REAL

### **Bolsonaro reclama de polêmicas provocadas por ministros no governo**

## **Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos, mas os ministros seguiram criando marolas**

Jair Bolsonaro reuniu seu núcleo duro no Palácio do Planalto nesta semana para uma bronca geral. A turma, na avaliação dele, anda falando demais.

Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) lançou Sergio Moro a vice em 2022. Já Paulo Guedes (Economia) flertou com a privatização do Banco do Brasil. Abraham Weintraub, o mais queimado com o chefe, só não rodou no MEC porque a imprensa pediu a cabeça dele — Bolsonaro, por ora, não quis dar o gostinho.

Na avaliação do presidente, ele moderou as falas e calou os filhos — saíram dos holofotes nas últimas semanas –, mas os ministros seguiram criando “marolas” no governo. “Quer dizer que nós paramos e aí vocês começam?”, reclamou

topo ↕

## **REUTERS BRASIL - TEMPO REAL**

### **Cruzeiro do Sul Educacional compra Universidade Positivo no Paraná**

SÃO PAULO (Reuters) - A Cruzeiro do Sul Educacional anunciou nesta quinta-feira a compra da Universidade Positivo, no Paraná, ampliando sua base de alunos em 33 mil estudantes.

O valor do negócio não foi revelado. Dos 33 mil alunos da Universidade Positivo, 23 mil estudam na modalidade presencial em oito campi da empresa.

Em comunicado, o presidente da Positivo Educacional, Lucas Guimarães, afirmou que com a venda encerra a reorganização do portfólio de ativos do Grupo Positivo, que tem atuação no setor de tecnologia por meio da Positivo Tecnologia.

Com a aquisição, a Cruzeiro do Sul Educacional passa a atender cerca de 350 mil alunos e a contar com mais de 9.100 funcionários, por meio de 17 instituições presenciais de educação básica e ensino superior nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste.

O Grupo Positivo tinha colocado à venda suas divisões de educação à venda em meados do ano passado, buscando ofertas para três unidades de educação separadas: a universidade, escolas privadas e sistemas de ensino, disseram fontes à Reuters na época. Em maio deste ano, a Arco Platform comprou o Sistema Positivo de Ensino por 1,65 bilhão de reais.

Além da Cruzeiro do Sul, tinham apresentado propostas pela Universidade Positivo Yduqs e Ser Educacional, afirmaram as fontes.

Guimarães afirmou que com a venda da universidade o grupo poderá “priorizar foco e investimentos nas demais áreas de atuação, especialmente nas nossas frentes de ensino básico. Poderemos concentrar mais esforços em realizar novas aquisições e investir na qualidade de nossa rede de escolas”.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020**

**Presidente contraria equipe econômica e preserva gastos na Ciência e Tecnologia e nos programas militares, mas permite bloqueio em Saúde e Educação**

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro optou por blindar despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba no ano que vem. Bolsonaro decidiu, porém, não livrar de eventuais tesouradas os gastos com compra de equipamentos para escolas infantis e de medicamentos para doenças raras, previstos no Orçamento de 2020.

A medida contrariou a equipe econômica, que havia recomendado ao presidente vetar qualquer tipo de tratamento diferenciado a ministérios na hora de contingenciar verbas. A estratégia é utilizada quando o governo enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais. Neste ano, os sucessivos bloqueios de recursos ameaçaram paralisar o funcionamento da administração pública federal.

Ao todo, Bolsonaro blindou R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem construção de submarinos, compra de aeronaves e de cargueiros militares. No caso da Ciência e Tecnologia, todo o orçamento da pasta no ano que vem - de R\$ 11,7 bilhões - passou a ser imune aos bloqueios. Este ano o Ministério de Ciência e Tecnologia tinha previsão orçamentária de R\$ 13,6 bilhões.

Dessa forma, caso o governo precise economizar dinheiro no ano que vem, por exemplo, poderá congelar gastos de universidades, mas estará impedido de bloquear o valor reservado para a compra dos blindados Guarani - veículos de combate do Exército -, sob pena de a medida ser interpretada como crime de responsabilidade.

Ao preservar investimentos vinculados às Forças Armadas, Bolsonaro atende a uma solicitação antiga dos militares, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. Ao longo do ano, comandantes das Forças reclamaram com o presidente dos bloqueios de verbas, que ameaçaram programas considerados estratégicos e até o pagamento de recrutas.

#### Produção científica

O Ministério da Defesa afirma que, ao ter os recursos protegidos, contribui para a produção científica do País em áreas militares, que empregam mais de um milhão de pessoas - entre empregos diretos e indiretos.

"Não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos", disse o general André Bastos Silva, assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários. A ala militar ainda aponta que o orçamento total da pasta cairá de R\$ 107,7 bilhões, em 2019, para R\$ 72,4 bilhões no ano que vem.

De acordo com o secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, a atitude de Bolsonaro também garante o pagamento, em 2020, das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - que ficaram comprometidas neste ano, após os contingenciamentos -, além de fazer "decolar" o programa espacial brasileiro.

A escolha do presidente ocorreu quando ele sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Parlamentares sugeriram que o governo

deixasse imune ao congelamento um número muito maior de despesas, que iam de reformas de aeroportos regionais ao programa Mais Médicos.

O Ministério da Economia recomendou o veto presidencial sobre todas as blindagens, mas Bolsonaro decidiu contrariar seus auxiliares e manteve a medida para os programas militares e de Ciência e Tecnologia.

O argumento da equipe do ministro Paulo Guedes foi o de que a limitação para contingenciar verbas contribui para "elevação da rigidez do Orçamento", dificultando o cumprimento das regras fiscais. Hoje, 96% do Orçamento é engessado. A recomendação da equipe econômica foi seguida por Bolsonaro quando vetou 16 tipos de despesas que seriam blindadas, caso seguisse as propostas do Congresso feitas no projeto da LDO.

Procurado para explicar o motivo de manter a blindagem na Defesa e na Ciência e Tecnologia, o Planalto não se manifestou. O Ministério da Economia também não quis se posicionar. Para eventual revisão da decisão de blindar os orçamentos das pastas, será preciso que um novo projeto para alterar a LDO seja encaminhado ao Congresso.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa "Conta pra Mim", que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará "cantinhos de leitura" para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

"Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos", afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de "tutores" de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. "Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso", afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

## Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. "Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador", explicou.

## Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalim, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. "Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o pequeno ensinando o grande".

O projeto prevê a distribuição de "kits de literacia", compostos de uma "mini biblioteca" de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

## Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não transar**

Ministério realiza seminário com ativista americana que defende a abstinência como melhor método contraceptivo.

Com objetivo de prevenir a gravidez na adolescência, o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos quer estimular os jovens a não transar. Nesta sexta-feira, a pasta comandada por Damares Alves promove um seminário com esse enfoque na Câmara dos Deputados, em preparação para a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que ocorre no início de fevereiro.

À BBC News Brasil, a coordenadora-geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do ministério, Cecília Pita, disse que a pasta não promoverá o uso de preservativos e outros métodos contraceptivos porque isso já é realizado com políticas da Saúde e da Educação.

Algumas dessas ações, porém, têm sido revistas no governo de Jair Bolsonaro - o presidente afirmou em março que o Ministério da Saúde iria recolher e reformular a Caderneta de Saúde do Adolescente, publicação que traz ilustrações sobre como usar preservativos. Na ocasião, ele também sugeriu aos pais que cortassem essas páginas da publicação, aproveitando o restante do material. A pasta não respondeu à BBC News

Brasil se de fato está revisando o teor da caderneta, que segue disponível em seu site.

"No currículo escolar já tem a previsão do ensino dos métodos contraceptivos, não é nada que a gente precise fazer. A gente entende que é preciso, sim, ter educação sexual, mas que é preciso informar sobre os benefícios de uma iniciação (sexual) tardia, e os prejuízos de uma iniciação precoce", argumentou Cecília Pita.

A coordenadora-geral disse que a pasta comandada por Damares ainda está elaborando as ações e não soube informar quanto será gasto.

Dados do Ministério da Saúde mostram que os casos de gravidez na adolescência (até 19 anos) recuaram 36% no Brasil entre 2000 e 2017. Ainda assim, a incidência segue alta. Segundo o último relatório da ONU sobre o tema, o Brasil registra 62 jovens gestantes a cada mil jovens entre 15 e 19 anos, enquanto a taxa média mundial é de 44 a cada mil.

Além disso, tem aumentado no país a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), devido ao pouco uso do preservativo. Dados da ONU, indicam que o Brasil apresentou aumento de 21% no número de novos casos de infecções por HIV de 2010 a 2018, o que vai na contramão mundial, já que, no mesmo período, a queda foi de 16% no planeta.

Inspiração americana

Segundo Cecília Pita, o principal objetivo do Seminário sobre Gravidez Precoce de Crianças e Adolescentes, realizado nesta sexta, é entender melhor como essa política vem sendo adotada nos Estados Unidos e avaliar sua implementação no Brasil. A promoção da abstinência sexual ganhou novo fôlego por lá após a eleição do presidente Donald Trump, apesar de críticas de organizações que consideram a educação sexual e a promoção do uso de métodos anticoncepcionais como forma mais eficiente de evitar a gravidez indesejada entre jovens.

Desde 2018, a Casa Branca estabeleceu novas diretrizes para o repasse de recursos a organizações que atuam na prevenção à gravidez na adolescência, aumentando o favorecimento das que promovem a abstinência.

O ministério chefiado por Damares convidou como palestrante do seminário Mary Anne Mosack, presidente da Ascend, organização que se descreve como "líder no campo de Prevenção de Riscos Sexuais (Sexual Risk Avoidance)". A instituição realiza cursos para qualificar educadores a incentivar os jovens a não transar. Na visão da Ascend, a contracepção deve ser entendida como um "método secundário" de prevenção.

"Acreditamos que os adolescentes precisam de informações clinicamente precisas e apropriadas à idade sobre contracepção. Mas a maneira como as informações são compartilhadas não deve normalizar o sexo entre adolescentes como um comportamento esperado e os adolescentes devem saber que a contracepção reduz, mas não elimina o risco", explicou Mosack à BBC News Brasil.

Também falará no evento o pastor Nelson Júnior, coordenador da organização cristã Eu Escolhi Esperar, que tem como propósito "encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais".

Júnior conta que procurou Damares após a ministra defender em maio, em entrevista à BBC News Brasil, que "a abstinência fosse também um método a ser discutido em sala de aula".

Na ocasião, ela disse que o jovem que "está tendo relação sexual precisa se prevenir e precisa ser orientado" sobre uso de preservativo. Em seguida, defendeu que "o método mais eficiente para a não gravidez não é a camisinha, não é o diu, não é o anticoncepcional, o método mais eficiente é a abstinência".

"Por que não falar sobre isso? Por que não falar de retardar o início da relação sexual? Eu defendo essa tese", reforçou ainda Damares.

Depois disso, Júnior propôs à ministra essa abordagem durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, prevista para acontecer sempre no início de fevereiro após lei aprovada pelo Congresso em 2018 e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no início de ano.

Abstinência sem viés religioso

Segundo Júnior, a proposta não é desconstruir políticas já existentes que promovem o uso de preservativos, mas apresentar a "preservação sexual" (abstinência) como mais uma alternativa para evitar a gravidez, inclusive para os que já não são mais virgens.

"O desejo da ministra quando conversou conosco, e o nosso também, é entender que precisa manter todas as políticas e ampliarmos a discussão. No Brasil, você tem quase todos (os métodos contraceptivos), mas, até mesmo por uma questão política, o único método que o governo nunca deu atenção é a preservação sexual", crítica.

"Quanto mais cedo (o adolescente) inicia sua vida sexual, mais tempo ele fica exposto aos riscos de uma gravidez precoce e de infecções sexualmente transmissíveis. O que a gente acredita é que, mostrando que esperar também é uma opção, isso vai cooperar para que esses índices diminuam", defende.

Júnior reclama que há muito "preconceito" contra seu movimento e afirma que a proposta é que o trabalho do governo nessa temática não tenha "viés religioso". "Seria uma linguagem para respeitar os valores familiares e religião de cada adolescente. Nossa intenção seria só mostrar que esperar também é uma escolha", ressalta.

"O que a gente percebe na prática é que muitos adolescentes que não têm relações sexuais na adolescência se sentem constrangidos, têm vergonha de admitir a decisão. Muitos adolescentes, principalmente meninas, acabam cedendo e iniciando sua vida sexual porque querem fazer parte de um grupo", disse ainda, ao defender seu movimento.

Abstinência não é método contraceptivo, afirma educadora sexual

Questionada sobre a nova linha proposta pela ministra Damares, a educadora sexual Lena Vilela disse à reportagem considerar positivo explicar aos jovens que transar ou não é uma escolha individual deles.

Segundo ela, o objetivo da educação sexual não é promover o sexo, mas tornar o jovem

consciente dessa liberdade de escolha e também da responsabilidade que deve assumir caso decida começar a transar.

"Ninguém é obrigado a fazer sexo na adolescência. Você pode esperar. Se for uma escolha, está ótimo. Agora, se eu imponho que eu tenho que escolher esperar, já não é mais escolha, é obrigação. Tudo vai depender de qual é o discurso que vem com essa campanha. Se for um discurso de escolha, eu acho legal", afirma.

"O importante é entender, sim, que o sexo existe, que é algo que é parte da vida e que é algo que não tem nada de ruim. Ruim é não saber lidar com ele e suas consequências", disse ainda.

Vilela discorda, no entanto, do enfoque na abstinência como método contraceptivo. Ela lembra que as mudanças biológicas que garotas e rapazes vivenciam na adolescência aumentam o desejo sexual. Além disso, ressalta, o contexto social mais permissivo ao sexo nos dias de hoje favorece que eles tenham oportunidade de transar.

Para a educadora, ainda que outros órgãos do governo tenham ações que promovam o uso de preventivos, seria importante que a pasta comandada por Damares reforçasse essa política.

"Se as pessoas passarem a ter sexo só a partir de 18 anos, isso diminui a gravidez na adolescência. A questão é: eles vão conseguir que esses jovens não tenham sexo até os 18 anos? Eu duvido muito", critica.

"A gente não pode negar esse contexto biológico, cognitivo e social do adolescente. É você querer ter uma expectativa que ele não vai conseguir corresponder. E se eles não forem educados para saber como lidar com essa situação, provavelmente vão fazer sexo sem se prevenir e a gravidez e a doença vão acontecer", reforça. Ministério da Saúde diz que ampliou distribuição de camisinhas

A BBC News Brasil questionou os ministérios da Saúde e da Educação sobre suas políticas para redução da gravidez na adolescência. Ambos não esclareceram se preparam algo especial para a semana de prevenção, em fevereiro.

A pasta da Saúde destacou que aumentou a distribuição de preservativos em 2019, quando foram repassados aos Estados 7,3 milhões de preservativos femininos (ante 1,6 milhão em 2018) e 462 milhões de preservativos masculinos (ante 333,7 milhões no ano passado).

Em relação à pílula do dia seguinte, foram adquiridas cerca de 906 mil cartelas de levonorgestrel 0,75 mg neste ano, superando também a marca de 2018 (784 mil cartelas). Os medicamentos são repassados aos Estados e municípios para distribuição.

"Em relação ao Planejamento Familiar, usuários e profissionais da Atenção Primária à Saúde devem definir juntos, dentro dos recursos disponíveis no SUS, o que melhor se ajusta individualmente, incluindo métodos de anticoncepção", disse ainda a pasta.

O Ministério da Saúde também lançou em novembro, ao custo de R\$ 15 milhões, uma campanha na televisão e internet estimulando o uso de preservativos para evitar as

**Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).** Os vídeos estimulam os jovens a pesquisar imagens mostrando o impacto dessas doenças no organismo. "Se ver já é desagradável, imagine pegar. Sem camisinha você assume esse risco", é a mensagem ao final.

Já o Ministério da Educação deu respostas genéricas à reportagem. Segundo a pasta, "na abordagem do tema gravidez na adolescência, o Programa Saúde na Escola promove a linha de ação direito sexual e reprodutivo, onde a promoção das ações de prevenção são prerrogativa dos municípios, que possuem autonomia para promover campanhas e ações locais".

"No âmbito da Educação Básica, as temáticas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva podem ser abordadas dentro do Tema Contemporâneo Transversal (TCT) da Saúde, como recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que dá autonomia às Redes de Ensino (Estaduais e Municipais) a promoção de projetos integradores, campanhas e ações intersetoriais no âmbito dos órgãos que compõem o Programa Saúde na Escola", disse também o órgão.

## **AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL**

### **Audiência mostra andamento de Centros de Desenvolvimento Regional**

O Programa de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR) apresentou os alvos e projetos selecionados na Paraíba, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal em audiência pública nesta quinta-feira (5) na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). O programa foi eleito como a política pública a ser avaliada pelo colegiado.

Os centros se originaram de um projeto em conjunto, desenvolvido pelo Ministério da Educação, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes). Em 2017 foram criados quatro centros: em Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e no Distrito Federal e seu entorno.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da comissão e autor do requerimento para a realização da audiência, explicou que a finalidade do debate era conhecer as metodologias de trabalho, a escolha dos alvos temáticos, a carteira de projetos e a busca por financiamento dos CDRs.

De acordo com a assessora técnica do CDR da Paraíba, Maria de Fátima Martins, o programa vem para resolver muitos problemas relacionados às políticas públicas, que geralmente vêm de cima para baixo sem conhecer as realidades locais.

— Em Campina Grande, na Paraíba, a gente tem uma região de 39 municípios. Essa região geoadministrativa foi selecionada para que o piloto fosse rodado lá. Por que a gente escolheu essa região? A maioria dos municípios têm problemas seriíssimos. Mais de 90% dependem da renda da administração pública, ou seja, não têm atividade econômica — informou.

Segundo Maria de Fátima, embora seja uma região carente, existe uma boa base científica, com muitos cursos de pós-graduação voltados ao desenvolvimento regional. Então, o Centro de Desenvolvimento Regional veio para integrar a academia, a comunidade e as indústrias. A assessora técnica explicou que foi feito um fórum, em que se definiram objetivos estratégicos, os alvos e, desse modo, foram selecionados sete

projetos para a região. Os alvos foram cinco: as formas de acesso e utilização de recursos hídricos; o apoio à agricultura familiar; a recuperação de áreas degradadas; a geração e utilização de fontes renováveis de energia e o apoio às atividades de maior vocação econômica.

— Todos esses projetos que foram identificados já têm algum experimento lá na Paraíba. Ou seja, não é um projeto que a gente não sabe que pode dar certo. É um projeto que já está funcionando em outras áreas e que pode ser desenvolvido melhor — disse.

No Distrito Federal, de acordo com o coordenador do CDR, Neantro Saaveda Rivano, os alvos temáticos são a agricultura familiar; ferramentas digitais para planejamento e gestão; saúde; saneamento e recursos hídricos; economia criativa e turismo e energias renováveis.

O CDR-DF existe há mais de um ano e meio e foram selecionados 32 projetos no total, sendo a maioria voltada para o alvo de recursos hídricos e saneamento, seguido pela agricultura familiar.

Segundo Neantro, o foco agora é a articulação com as entidades de fomento, trabalho que já foi iniciado.

— Nós já estamos em contato com várias instituições, como a FAP-DF [Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal], a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]**, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e outras — explicou.

No Rio Grande do Sul, o CDR fica em Bagé, na região de Campanha. A representante do CDR do estado, Elizabeth Cristina Drumm, explicou que, pela primeira vez, a região conseguiu se unir para pensar em ações voltadas ao turismo.

— Houve uma convergência de ações e o turismo foi destacado. Este ano nós aprovamos R\$ 800 mil e alguns projetos foram destacados — afirmou.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) parabenizou o Ministério do Desenvolvimento Regional e disse que o programa traz o diagnóstico do que é necessário para deixar as pessoas mais felizes. Segundo a senadora, há consenso em que se deve investir em educação, ciência, tecnologia e inovação.

— Eu costumo dizer que sem educação, ciência, tecnologia e inovação, nem democracia se tem. Porque normalmente os ditadores acham que eles são donos da verdade. Chegam a ciência e a tecnologia e provam que não é assim — opinou.

topo ↕

## AGORA RN - TEMPO REAL

**Fátima destaca importância da formação continuada promovida pelo IFESP Solenidade de abertura das comemorações pelos 25 anos de criação do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (Ifesp) aconteceu hoje em Natal**

“Precisamos defender educação cidadã, inclusiva, que promova a justiça social. Temos o grande desafio de continuar lutando pela melhoria da qualidade do ensino, pela

valorização, dignidade e respeito aos profissionais da educação”. A declaração é da governadora Fátima Bezerra proferida, na manhã desta quinta-feira (5), na solenidade de abertura das comemorações pelos 25 anos de criação do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (Ifesp), em Natal. A governadora também participou do ato de inauguração do Núcleo de Documentação e Memória do instituto.

Fátima destacou que o Ifesp é uma instituição de patrimônio da sociedade potiguar. “É referência como espaço de formação continuada dos nossos professores. Ele exerce papel primordial de garantir graduação e pós-graduação. É dever do Estado oferecer formação e capacitação aos professores, que têm uma missão importante e cheia de desafios”, declarou a governadora.

Ela ainda conclamou todos à luta em defesa do novo Fundeb para substituir o atual que acaba no próximo ano. “Não há como estados e municípios assegurarem educação sem o Fundeb. A melhor proposta que está no Congresso nacional para ser votada é a que cria o novo Fundeb como política de Estado, permanente, e que amplia a participação financeira da União. O país tem muito o que fazer ainda na área da Educação. Precisamos ampliar o acesso, dar mais qualidade, ter mais escolas de tempo integral e valorizar os professores”, disse Fátima Bezerra ao enfatizar que esta deve ser uma luta de toda a sociedade.

Secretário de Estado da Educação, professor Getúlio Marques disse que o Ifesp se consolida na educação do RN e ajuda a enfrentar os grandes desafios da educação no Estado e no Brasil. “Temos enormes dificuldades, mas elas são momentâneas, precisamos fazer valer a qualidade do ensino, o compromisso com a educação pública e a oferta de um serviço de qualidade a quem não teve acesso adequado”, afirmou Getúlio.

O Ifesp trabalha para formação continuada de professores em graduação e pós-graduação. Nestes 25 anos formou dois mil professores em graduação e 400 em pós-graduação.

Também participaram da solenidade, a secretária adjunta de Educação do Estado, Márcia Gurgel; o diretor do campus da UERN em Natal, Francisco Dantas; o diretor da Escola de Governo do Estado, João Emanuel Evangelista; o diretor da Fapern, Gilton Sampaio; representantes da secretaria de Educação da Prefeitura Natal, do deputado estadual Francisco Medeiros e da vereadora de Natal, Divaneide Basílio.

## IFESP

O IFESP é vinculado à Sec-RN. Atua na formação de muitos educadores que ainda não possuem a graduação em nível superior e para aqueles que desejam o acesso à formação continuada. Em 1993, foi transformado em Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy. Em 2001, passou a se chamar Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP.

Atende 700 alunos em diversos municípios do RN distribuídos em 30 turmas, com cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Conta com 43 professores que atuam nos cursos de Graduação, Extensão e Pós-

graduação.

A Graduação oferece três cursos: Pedagogia – Licenciatura, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Letras – Habilitação Língua Portuguesa.

Na pós-graduação Lato Sensu são oferecidos cursos de especialização em seis áreas.

Compõem o complexo educacional as escolas estaduais Edgar Barbosa, Presidente Kennedy, Joaquim Torres e Manoel Vilaça. Para essas instituições, o IFESP reserva parte das vagas dos cursos ofertados para professores e gestores.

A instituição trabalha junto à **Capes** na implantação de Mestrado Profissional.

Em relação ao Ensino à Distância (EaD), oferta de cursos nesta modalidade em parcerias com a SEEC, Escola Agrícola de Jundiá, Escola de Governo e outros setores da administração pública.

Este ano, em abril, 87 professores da rede estadual de diversas cidades do RN se formaram em Pedagogia.

O instituto mantém uma das escolas potiguares com alto indicador do IDEB, a E.E. Presidente Kennedy, que se destaca no ensino fundamental e é referência de qualidade para muitas escolas, principalmente do interior.

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Ministro da C&T afirma que quilombolas serão ouvidos sobre base de Alcântara Marcos Pontes também disse ser contrário à fusão entre a Capes e o CNPq**

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nessa quarta-feira (4) a deputados de quatro comissões da Câmara (Cultura, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores e Direitos Humanos) que uma eventual expansão da base de Alcântara, no Maranhão, será discutida com as comunidades quilombolas da região durante 2020. Algumas reportagens publicadas na imprensa indicaram a possibilidade de remoção de 350 famílias, o que foi um dos motivos para a audiência.

Marcos Pontes afirmou que, após a aprovação do acordo que permitiu a exploração comercial da base, a fase agora é de procurar interessados e melhorar a infraestrutura local.

A deputada Luiza Erundina (Psol-SP) disse que as comunidades quilombolas de Alcântara ainda não foram ouvidas pelo governo, o que tem gerado apreensão entre as pessoas. A deputada lembrou que a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho determina que essas comunidades sejam ouvidas sobre projetos que as afetem:

“Os quilombolas não foram consultados, atendidos, informados em nenhum momento desse processo. Isso é uma deficiência grave por conta de haver uma decisão de um órgão internacional, um órgão da ONU, que não foi atendida numa convenção da qual o país é subscritor”, disse Erundina.

Qualidade de vida

Marcos Pontes afirmou que acredita na adesão da comunidade local ao projeto porque, segundo o ministro, ele deve melhorar a qualidade de vida das pessoas:

“É natural as pessoas terem medo. Medo da mudança. Mas o fato é que a gente quer prosseguir e ter sucesso em alguma coisa, a gente vai precisar provocar a mudança. Se a gente continuar fazendo as coisas da mesma maneira, a gente vai ter o mesmo resultado. Então a gente precisa provocar a mudança. E a mudança vai ser grande lá, mas vai ser positiva”, disse Pontes.

O ministro explicou que a ideia é fazer com que Alcântara receba muitas pessoas que vão trabalhar na base, mas também desenvolver atividades que atraiam turistas e ensino especializado para a região.

## Fusão Capes e CNPq

Outro ponto da audiência foi a possibilidade de fusão entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, e o **CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)**. O ministro defendeu que esses órgãos permaneçam separados.

O diretor de Cooperação Institucional do CNPq, Vilson Almeida, disse que as duas agências são complementares, mas têm objetivos diferentes. A **Capes** trabalha com a formação de profissionais e o CNPq atua com projetos de pesquisa em parceria com o setor privado.

## Agência Câmara de Notícias

topo ↕

### **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

**“Não há justificativa lógica para fusão de Capes e CNPq”**

**Mudança não economizaria recursos nem aumentaria eficiência, diz o professor da USP e presidente do Foprop, Marcio de Castro Silva Filho**

Relatos recentes na imprensa e informações de bastidores indicam que o governo federal não desistiu da ideia de fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apesar de a comunidade acadêmica, científica, e o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) serem frontalmente contrários à iniciativa.

“Não há justificativa lógica para juntar duas agências que têm papéis distintos e independentes de atuação”, argumenta o professor Marcio de Castro Silva Filho, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação da USP e presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop). “A comunidade científica é amplamente contrária a essa fusão porque entende que o desenho atual do sistema deve ser mantido e aperfeiçoado, e não desconstruído.”

Em entrevista ao Jornal da USP, Silva Filho alerta para a necessidade urgente de resgatar a função primordial do CNPq, que sempre foi a de financiar a pesquisa científica no Brasil. A agência teve seu orçamento de fomento reduzido drasticamente nos últimos anos, criando uma falsa impressão de que ela é apenas uma pagadora de bolsas de pós-graduação (que é uma atribuição primordial da **Capes**). A proposta do

governo para 2020 praticamente acaba com o orçamento de pesquisa do CNPq, preservando apenas os recursos para bolsas, e reforçando ainda mais essa anomalia — conforme revelado nesta reportagem. “Não é enfraquecendo uma agência que vai se justificar a fusão com outra”, ressalta Silva Filho.

Especialista em genética molecular de plantas, Silva Filho é professor do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, presidente da Sociedade Brasileira de Genética (SBG), pesquisador 1A do CNPq e membro do Conselho Superior da **Capes**, onde já atuou também como diretor de Relações Internacionais e diretor de Programas e Bolsas no País.

Por que essa proposta de fusão **Capex**-CNPq não é uma boa ideia, na sua opinião?

Acho que a pergunta principal, na verdade, é a quem interessa isso? A comunidade científica é amplamente contrária a essa fusão porque entende que o desenho atual do sistema deve ser mantido e aperfeiçoado, e não desconstruído. O ponto-chave é que as duas agências têm missões claramente distintas e específicas, num sistema que vem operando com sucesso desde a década de 1950. É verdade que, com o passar dos anos, a **Capex** passou a entrar em algumas ações do CNPq, e o CNPq passou a entrar em algumas ações da **Capex**; mas isso é perfeitamente ajustável. O importante é que cada agência tenha a sua missão respeitada, preservada, e sobretudo ampliada, com financiamento adequado, para que a gente possa superar os vários desafios que o Brasil enfrenta. Não adianta juntar duas coisas que têm funções distintas, sob um falso pretexto de economia de recursos.

Não seria possível juntar as duas agências, porém preservando suas funções, com equipes mais enxutas? Isso é factível?

As duas agências têm um gasto com pessoal irrisório, pelo tamanho que têm e o papel que elas desempenham. A **Capex**, por exemplo, trabalha com a comunidade científica — seus avaliadores e consultores são todos pesquisadores da comunidade, que trabalham de graça para a agência. Ela tem um quadro relativamente enxuto e gasta menos de 5% do seu orçamento com pessoal; então não há lógica em dizer que a fusão traria algum tipo de economia ou ganho de eficiência. São agências distintas, que atuam de forma distinta. Vai juntar um navio com um submarino para fazer um híbrido? Não tem como.

Por que, então, o governo insiste nessa ideia?

Há muitas divergências dentro do próprio governo com relação a isso. O ministro do MCTIC (Marcos Pontes) e o presidente do CNPq (João Luiz Figueiras de Azevedo) já se manifestaram publicamente contra a fusão; então fica claro que não há uma posição de governo consolidada sobre o assunto. Dentro do MEC, cabe um questionamento ao ministro: por que eles querem isso? Qual é a justificativa? Vão dizer que as duas agências fazem a mesma coisa, mas não é verdade. Minha impressão é que o MEC quer aumentar sua influência sobre a área de ciência e tecnologia, e isso é muito perigoso, por conta das pessoas que estão lidando com esse assunto dentro do ministério.

Se houver uma fusão, mas as agências ficarem dentro do MCTIC, em vez do MEC, tudo bem?

De jeito nenhum. No início do governo surgiu essa ideia de que a **Capes** iria para o CNPq, porque o ministro (Marcos Pontes) era muito próximo do presidente, e a comunidade na hora falou que “não”, que não era para juntar nada em lugar nenhum. O MCTIC não sabe trabalhar com pós-graduação e o MEC não sabe trabalhar com pesquisa científica. Volto a dizer: são funções distintas; não dá para abraçar as duas coisas.

Quais são as melhorias que poderiam ser feitas no sistema? Existe uma certa sobreposição de funções que precisa ser resolvida?

O CNPq tem hoje uma parte de seu orçamento reservado para bolsas de mestrado e doutorado que são concedidas aos programas de pós-graduação – o que é, essencialmente, uma função da **Capes**. Mas o presidente do CNPq já sinalizou que esse procedimento vai mudar, e que essa oferta de bolsas aos programas já está com seu ciclo encerrado. As bolsas agora estarão vinculadas a editais do CNPq e projetos de pesquisa, resgatando o que o CNPq fazia no passado. A **Capes**, por sua vez, começou a fazer editais de pesquisa — por exemplo, esse edital recente para financiamento de pesquisas sobre o derramamento de óleo no Nordeste —, o que é uma função do CNPq. Por isso é tão importante a recomposição orçamentária do CNPq, para que cada agência possa se ater à sua missão original.

De fato, se você olha para o orçamento do CNPq hoje, os recursos para fomento à pesquisa são tão reduzidos que ele parece ser uma agência de bolsas.

Exatamente; e você não pode tomar decisões com base nesse cenário, que é artificial. Até uns 15 anos atrás, a **Capes** tinha um orçamento praticamente igual ao do CNPq; hoje ele é quatro vezes maior. O CNPq precisa recuperar sua missão. Esse orçamento enfraquece a agência e torna-a mais vulnerável ao discurso da fusão.

O que fazer para mudar esse cenário?

Acho que ficamos muito tempo pregando para os convertidos, conversando só entre nós mesmos. Precisamos dialogar mais com a sociedade, com a imprensa e com o Congresso Nacional, para mostrar a importância da ciência para o desenvolvimento do País, e o papel que cada agência tem dentro desse sistema. A palavra final sobre a fusão caberá ao Congresso, então precisamos dialogar com ele.

Jornal da USP

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### **Pós-graduação: impacto social ganha peso na avaliação**

**“Temos que olhar a pós-graduação como um processo formativo e não só um espaço de publicação (de artigos acadêmicos)”**, diz coordenadora da Capes.

**Professores questionaram novas regras em evento realizado na USP, na terça-feira**  
A inserção social vai ganhar um peso equivalente ao da internacionalização na avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. A nova regra faz parte do rol de mudanças que vêm sendo discutidas com a comunidade acadêmica desde 2016 e será implementada já na próxima avaliação quadrienal, prevista para 2021.

“Temos que olhar a pós-graduação como um processo formativo e não só um espaço de publicação (de artigos acadêmicos)”, justificou a coordenadora de Programas Profissionais da Área de Ciências Ambientais da **Capes**, Liliana Pena Naval. “Isso não significa que vamos fazer só ciência aplicada, mas temos que pensar em teses que possam ser aplicadas ou em algo com o setor produtivo”, acrescentou.

A executiva da **Capes** apresentou as novas regras da avaliação nesta terça-feira (3/12) para os professores e alunos do Programa de Sustentabilidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Ela foi um dos principais palestrantes convidados do Seminário Interdisciplinar de Sustentabilidade, realizado entre os dias 2 e 3 de dezembro, no campus Zona Leste.

Promovido para debater a produção, divulgação e avaliação da pesquisa científica, o seminário também reuniu docentes da Unicamp, da federal do Grande ABC (UFABC), da USP de Ribeirão Preto e teve como convidado internacional o Prof. Dr. Tomás Augusto Barros Ramos, pesquisador do Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (Cense) da Universidade Nova Lisboa.

Naval apresentou em uma série de slides as principais mudanças no processo de avaliação dos cursos e programas. Os novos critérios incluem a autoavaliação, redefinição do Qualis (Periódicos e livros); acompanhamento de egressos e impacto social, econômico e cultural, entre outros critérios. As mudanças são profundas e algumas passam a valer já a partir do ano que vem, mas a perspectiva é que a implementação total ocorra em até dez anos.

A coordenadora da **Capes** enfatizou o impacto social e o que ela chamou de “mudança de paradigma”: o foco no trabalho dos discentes. “A produção discente valerá mais que a do docente, que só será considerada se tiver colaboração com o discente”, afirmou. Quanto ao impacto social – que passa a ter o peso de 10% – equivalente ao da internacionalização – a coordenadora da **Capes** disse que a ideia é valorizar a inovação e a contribuição do trabalho acadêmico para a sociedade. “Se a universidade não contribui para a sociedade, que é quem lhe paga, não tem sentido em existir”.

Embora conhecessem o teor das mudanças de um modo geral, alguns pontos anunciados por Naval surpreenderam os professores. Marcelo Marini Pereira de Souza, docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, se disse “perplexo” com os novos quesitos de produção técnica (patentes, material didático, guias e manuais, softwares) que, na visão dele, privilegiam as disciplinas duras (física, química) e não contemplam as sociais. “É uma pasteurização que atende apenas às áreas hegemônicas, desconsiderando o trabalho social que já fazemos na área ambiental”, criticou.

A professora Wania Duleba, uma das coordenadoras do programa de Sustentabilidade da EACH, prevê dificuldades para o acompanhamento da produção dos egressos porque a universidade muitas vezes perde o contato. “Como rastrear o impacto na sociedade?”, questionou.

Ela lembra, porém, que a EACH já mantém um projeto de impacto social junto à comunidade carente Keralux, situada ao lado do campus Zona Leste, na beira da linha férrea da CPTM. O projeto é tocado pelos estudantes que, com ajuda dos próprios

moradores do Keralux, levam conscientização sobre as consequências do descarte incorreto de lixo.

Jessica Nogueira Marques, estudante do mestrado do programa de sustentabilidade da EACH questionou a coordenadora da **Capes** sobre a incoerência da agência em colocar os discentes como prioridade e ao mesmo tempo cortar as bolsas de estudos. Liliana Naval respondeu pela metade, afirmou que “a boa notícia” é que as bolsas deste ano haviam sido recuperadas. Mas não falou que o orçamento de 2020 da **Capes**, que está em votação no Congresso, já traz um corte de 50% comparado com o valor gasto este ano.

Quanto à autoavaliação, Roberto Donato, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp e consultor da **Capes**, disse que pode ser uma boa oportunidade para os programas de ciências ambientais demonstrarem os resultados de atividades que já realizam na área social, mas nunca foram devidamente reconhecidas. “A transformação positiva é a coadunação dos objetivos do PPG que se torna mais qualitativo, com tendência a privilegiar as ações mais relacionadas aos alunos”, comentou.

Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

## **UFMS - TEMPO REAL**

### **Fórum reúne coordenadores de programas de pós-graduação em Linguística e Literatura na UFMS**

A Cidade Universitária sedia, nesta semana, o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Região Centro-Oeste. A abertura foi realizada na manhã desta quinta-feira (5), no auditório Marçal de Souza, na Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc). Participam professores, acadêmicos e representantes dos PPGs de toda a região. Atualmente, são dez programas de mestrado e cinco de doutorado, distribuídos pelos três estados e Distrito Federal.

“Gostaria de dar as boas-vindas a todos. Sempre procuramos estar presentes nos eventos que acontecem em nossa Universidade, prestigiando o esforço daqueles que organizam, pois sabemos que não é fácil. É muito bom receber esse evento na UFMS neste ano, que é muito especial, pois conseguimos implementar o Doutorado em Estudos de Linguagens. Acredito muito na união, no trabalho em rede, para fortalecermos a pós-graduação no Centro-Oeste”, disse a vice-reitora Camila Ítavo.

Segundo a coordenadora do PPG em Estudos de Linguagem e do Fórum, Elizabeth Aparecida Marques, participam coordenadores de 13 dos 15 programas. “Desejo a todos uma boa estada em Campo Grande e agradeço a presença de vocês aqui. Este é um espaço de debate e discussão e estabelecer políticas para a área. Espero que sejam dois dias muito produtivos”, destacou a professora.

Germana Sales, coordenadora da área de Linguística e Literatura da **Capes**, esteve presente na abertura e parabenizou a professora Elizabeth pela acolhida e pela coragem em organizar o evento. “Os Fóruns regionais não são uma deliberação, mas uma opção das áreas. O objetivo é traçar políticas regionais e, nesse momento, em que estamos diante de um novo modelo de avaliação, conscientizar os coordenadores do que está por vir. Este é o último evento dessa natureza nesse ano, temos trabalhado juntos na tentativa de melhorar os conceitos dos programas em Linguística e Literatura, cuja

maioria ainda tem obtido nota quatro”, comentou.

“É muito bom poder participar novamente de um Fórum. Gostaria de agradecer a professora Germana que continua a manter essa interlocução aberta com a **Capes** e nos unirmos a ela, para defendê-la. Hoje, todas as regiões do Brasil possuem programas de pós-graduação e isso se deve a política de democratização implementada pela **Capes**. Gostaria de parabenizar professora Germana pelo trabalho que vem sendo feito junto aos coordenadores dessa área, à professora Camila por sediar o evento”, disse a coordenadora de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Grenissa Bonvino Stafuzza

Para a diretora da Faalc, Vera Lúcia Penzo, a realização do Fórum é uma forma de coroar o trabalho da equipe do PPGEL. “Há dois anos, essa equipe tem trabalhado muito para implementar o Doutorado, o que ocorreu neste ano, e realizar esse evento que não é fácil. Por isso é preciso mostrar nossa força como universidade pública e de qualidade. É necessário fortalecer a **Capes**, as pesquisas. Quero dar as boas-vindas a todos e espero que vocês gostem das nossas instalações”, falou Vera.

“Gostaria de destacar o empenho da equipe na realização desse evento sob coordenação da professora Elizabeth. Não mediram esforços e superaram as dificuldades. Tenho certeza que vocês estão em muito boas mãos, pois essa equipe é muito competente em tudo que se propõe a fazer”, destacou o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS, Nalvo Franco. O Fórum se estende até amanhã (6). Antes do início das atividades, o professor do PPGEL da UFMS, Geraldo Vicente declamou poemas de Cecília Meireles e Manoel de Barros.

## **DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL**

### **Educação, Brasil entre os piores**

### **Brasil segue entre os 20 piores na avaliação do Pisa em matemática, leitura e ciências**

Sem nenhuma surpresa, o Brasil figura outra vez em posições desonrosas nos rankings do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), a mais importante avaliação da educação básica do mundo, aplicada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em alunos de 15 anos de 79 países ou regiões. Os alunos brasileiros até conseguiram em 2018 uma débil melhora nas médias em relação a 2015, de acordo com os resultados divulgados ontem, mas a análise da última década mostra uma frustrante estagnação.

Apenas em leitura o Brasil conseguiu subir uma posição ante 2015, enquanto perdeu lugares em ciência e matemática, o que indica um avanço mais firme de outras nações na tarefa de ensinar as futuras gerações de adultos. De forma trágica, o país segue entre os 20 piores nas três avaliações.

Com o desempenho dos estudantes brasileiros ainda muito abaixo do aceitável, fica cada vez mais evidente que o país optou por um caminho na educação que se revela um fracasso. É preciso rever metodologias e encontrar formas de valorizar professores. Mais do que ampliar os investimentos na área, há necessidade de dar atenção especial para melhorar a qualidade do gasto. Ou seja, a quantidade de recursos alocados para o ensino não é exatamente o problema.

A própria OCDE mostrou, em setembro, que o Brasil direcionou, em 2016, o

equivalente a 4,2% do PIB para a área, enquanto na média da organização a taxa é inferior, de 3,2%. Mas o Pisa mostrou que a tragédia se materializa na constatação de que metade dos alunos brasileiros avaliados parece não compreender o que lê e quase 70% não conseguem atingir o nível 2 do teste de matemática, considerado o básico para uma pessoa ter mínimas condições de autonomia. Sem avanços significativos, passou da hora de o Brasil experimentar novas possibilidades, como criar uma espécie de bolsa-educação, pela qual as famílias poderiam optar pela escola de seus filhos, desde que os recursos fossem exclusivamente investidos na manutenção do ensino escolar.

Os resultados da prova, aplicada em 2018, não têm nenhuma relação com o governo Jair Bolsonaro. Mas pode-se lamentar a postura do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ontem, durante a entrevista coletiva para comentar os números. Outra vez preferiu o discurso ideológico à ação. Mais culpou o PT do que mostrou propostas para reverter o quadro. Enquanto isso, há poucos dias uma comissão da Câmara dos Deputados apresentou relatório que traça um panorama desalentador na pasta. Resumidamente, as conclusões foram de que há ausência de planejamento para a implementação de iniciativas, sem metas ou cronogramas claros. Mais do que procurar culpados, o que o Brasil precisa, neste momento, é não tardar na busca por soluções. O futuro merece uma atenção maior do que o passado.

topo ↕

## **FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - COTIDIANO SISU**

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL**

### **Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020**

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é preciso ter obtido nota acima de 0 na redação do exame.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas. No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS**

### **Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020**

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é preciso ter obtido nota acima de 0 na redação do exame.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas. No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

Agência Brasil

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS**

### **Inscrições para o Sisu poderão ser feitas a partir de janeiro**

### **Matrícula deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 2020**

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar

CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas. No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

topo ↕

## **MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO**

### **Educadores refletem sobre suas competências**

#### **As aulas aconteciam no Centro de Formação Professor Odilon Nunes, na cidade de Teresina**

A capital com o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Brasil também foi pioneira em um projeto do Instituto Ayrton Senna (IAS), que desperta os professores das escolas públicas municipais para suas próprias competências socioemocionais. O curso com 100 docentes e formadores da Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Teresina teve início no mês de abril e encerrou anteontem. As aulas aconteciam no Centro de Formação Professor Odilon Nunes e consistiram em formações divididas em cinco módulos.

O projeto-piloto `Desenvolvimento de competências socioemocionais de educadores contemplou professores de Língua Portuguesa das turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Na prática, o grupo participou de atividades, nas quais foram levados a conhecer e refletir sobre suas competências socioemocionais, envolvendo temas do cotidiano como comunicação, mediação de conflitos, gestão de sala de aula, entre outras práticas docentes fundamentais para o professor do século 21. As competências socioemocionais, como abertura ao novo, empatia, resiliência emocional e autogestão podem ser fortalecidas para ampliar as realizações, tanto em nível profissional quanto pessoal.

A gerente de Projeto no IAS, Nelma Lopes, explica que a formação tem tudo a ver com as referências mais atuais para a educação no Brasil e no mundo. “A educação integral vai além das competências cognitivas, o aluno precisa ser olhado por completo. Esse processo começa pelo professor tomando consciência das competências socioemocionais, conhecendo melhor a si mesmo, para que tenha melhores condições de desenvolver tais competências com os alunos”, destaca Nelma. De acordo com Celina Lira, coordenadora da ação no município, as formações aconteceram em cinco módulos presenciais e uma comunidade online, onde os professores passaram a multiplicar a ideia para os colegas. “Teresina cresce em relação à reformulação do seu currículo, onde trabalhamos a educação integral. Acreditamos que esse aprendizado faz toda a diferença na vida do professor em diversos aspectos”, pontua.

A especialista do Instituto Ayrton Senna, Sarah Morais, explica que o autoconhecimento é essencial e que o desenvolvimento socioemocional é um processo. “É uma consciência que desperta sobre si e sobre a relação com os outros. Além de conhecer, é preciso vivenciar e refletir sobre as experiências. Por exemplo, no módulo sobre empatia, vemos o quanto é desafiador ouvir o outro. Não só escutar, mas realmente ouvir sem julgar as opiniões, angústias, desafios e sonhos desse outro ser humano que é diferente de você.

A partir da relação de confiança estabelecida, é possível construir um caminho que

beneficia todos os envolvidos. Assim, o nosso curso não é apenas teórico, mas sim vivencial, para que os educadores consigam relacionar as competências com seu cotidiano. Os professores já relatam grande impacto não apenas em sala de aula e relações na escola, mas também na vida.”, disse. Ruth Tavares de Oliveira, professora do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Rosângela Reis, zona Sul de Teresina, explica que o curso transformou suas atitudes.

“O curso é maravilhoso, foi um salto na qualidade da convivência escolar e na minha vida pessoal. Os encontros me prepararam para novos momentos, onde aprendi a lidar com minhas emoções e melhorar minhas relações. Minha vida mudou, tanto no pessoal como no profissional”, conclui a docente, enfatizando que pretende continuar participando de outras formações caso sejam oferecidas.

topo ↕

## O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

### Weintraub terá que explicar acusação contra universidades

### REAÇÕES - Ministro foi convocado pela Comissão de Educação da Câmara após dizer que universidades têm plantações extensivas de maconha

#### CONVOCAÇÃO

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a convocação do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele terá de esclarecer, aos deputados, a acusação de que a estrutura das universidades federais estaria sendo usada para produção de drogas. A declaração sobre drogas foi dada em entrevista ao “Jornal da Cidade”, e divulgada pelo próprio Weintraub em redes sociais. Segundo ele, as universidades se tornaram “madrças de doutrinação” e abrigam “plantações extensivas de maconha”, além da suposta produção de drogas sintéticas em laboratório.

O ministro é obrigado a comparecer à comissão, mas pode agendar o melhor dia. Segundo o colegiado, a previsão é de que Weintraub preste os esclarecimentos na próxima semana. As declarações de Weintraub geraram forte reação da comunidade acadêmica. Em nota, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) disse que o ministro “parece nutrir ódio pelas universidades” e que “ultrapassa todas as fronteiras que devem limitar, sobretudo, o sato de um gestor público”. No fim de novembro, reportagem mostrou que a investigação dos casos citados por Weintraub, em meio à polêmica, não apontou qualquer responsabilidade das universidades federais nos casos. Em um desses episódios, pés de maconha foram apreendidos em uma área de cerrado próxima ao campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). Dois estudantes foram detidos, fizeram acordo e cumpriram penas alternativas. Nenhum professor ou diretor da UnB foi implicado na acusação.

No outro, 140 “buchas” de maconha e 1 kg de haxixe foram apreendidos na Universidade Federal de Minas Gerais. No mesmo dia da ação, a Polícia Civil negou que os traficantes fossem alunos ou funcionários da UFMG. Na semana passada, outro relatório, elaborado por deputados federais da Comissão Externa de Educação da Câmara e divulgado em caráter preliminar, apontou fragilidades de planejamento e gestão dentro do MEC.

#### MEC

O presidente Jair Bolsonaro disse que deve conhecer ontem uma “radiografia” realizada por comissão da Câmara dos Deputados que aponta paralisia e ineficiência no Ministério da Educação. Bolsonaro e Weintraub tiveram reunião no Palácio do Planalto

na manhã de ontem. “Ele que vai trazer esse caso para mim aqui. Não é fácil. O ministério dele tem quase 300 mil servidores. As universidades têm autonomia.

O ministério dele eu jamais aceitaria ir para lá. Ele tem habilidade, competência, tem formação compatível para isso”, disse Bolsonaro antes de se encontrar com o ministro. “Mas é um ministério que tá ali, pode explodir de uma hora para outra, dada a sensibilidade dos mesmos”, declarou o presidente. Bolsonaro voltou a atacar o educador Paulo Freire e edições passadas do Enem para justificar resultados ruins da educação brasileira. “Não deu certo. Os caras seguiam a máxima de Lenin, não tome quartéis, tome escolas. Isso não é obsessão minha, uma doença, psicose, neurose, é uma realidade, os números estão aí”.

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União. O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019.

Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de provado Enem. As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas. No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

Ministro “parece nutrir ódio pelas universidades”, diz nota oficial da Andifes

[topo](#)

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### CAPES formaliza apoio aos Centros de Desenvolvimento Regional

Em audiência no Senado nesta quarta-feira, 4, **Anderson Correia**, presidente da CAPES, oficializou o apoio ao Programa Centros de Desenvolvimento Regional (CDR), que engloba diferentes estratégias e projetos inovadores para potencializar as economias locais. A CAPES se comprometeu a destinar 30 bolsas de mestrado a cursos que contribuem com pesquisas voltadas ao crescimento econômico dessas regiões.

Em fase de implementação, a iniciativa contempla quatro projetos-pilotos, no Distrito Federal, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Distrito Federal, serão 29 projetos envolvendo também o entorno de Brasília. Na Paraíba, o CDR abrangerá os municípios da região de Campina Grande, com sete iniciativas. Outras oito ações ocorreram nas cidades da Campanha Gaúcha, além de nove no sudoeste paulista.

Os CDRs pretendem estimular o desenvolvimento local com base no conhecimento produzido por diferentes instituições, sejam de ensino, pesquisa, tecnologia ou

inovação. A ideia é investir em projetos como, por exemplo, irrigação, produção de óleo vegetal, grãos, gastronomia e atividades culturais, agregando valor à produção e explorando as riquezas de cada região.

Outra medida de apoio é uma mudança na avaliação dos programas de pós-graduação feita pela Fundação, que irá valorizar o desenvolvimento regional e a transferência de conhecimento das instituições de ensino ao setor produtivo. “Estamos 100% aderidos a essa brilhante iniciativa, pois um dos papéis da **CAPES** é ajudar na redução das assimetrias regionais”, argumentou **Anderson Correia**.

A audiência foi promovida pelo senador Izalci Lucas e teve a participação de representantes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de outros parlamentares. “O sucesso desse programa está na integração de diferentes instituições”, afirmou o senador.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 04.12.2019

topo ↕

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL**

### **CAPES seleciona mais 40 projetos de cooperação com a França**

De 4 a 6 de dezembro, dirigentes da **CAPES** participam de reuniões, em Paris, para seleção de 40 novos projetos em dois acordos que o Brasil mantém com a França: com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), e o BRasil France Ingénieur TEChnologie (Brafitec).

Pela **CAPES**, participam do encontro **Anderson Correia**, presidente, Mauro Rabelo, diretor de Relações Internacionais, Lívio Amaral, representante do Comitê Científico, e Jussara Prado, coordenadora responsável pela Cooperação Científica com a França.

Mais antiga parceria de cooperação acadêmica internacional da **CAPES**, o Cofecub financia pesquisas de interesse para ambos os países, Brasil e França, em todas as áreas do conhecimento. Os projetos selecionados recebem verbas para custeio, missões de trabalho e bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutorado. O Programa foi criado em outubro de 1978 e, ao longo de quatro décadas, apoiou a formação de cerca de 3.500 doutores em 900 projetos de pesquisa.

Já o Brafitec apoia projetos de pesquisa em parcerias universitárias de todas as especialidades da Engenharia, para fomentar o intercâmbio na graduação e estimular o alinhamento de estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento de créditos.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 04.12.2019

topo ↕

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL**

### **Saiba quais documentos levar para a prova do Prêmio Capes Talento Universitário**

### **Mais de 20 mil estudantes fizeram inscrição; os mil melhores colocados vão receber premiações individuais de R\$ 5 mil**

Você é um dos mais de 20 mil estudantes que se inscreveram no Prêmio **Capes** Talento Universitário e quer concorrer a R\$ 5 mil? Além de se preparar para as 80 questões

objetivas que serão cobradas no próximo domingo, 8 de dezembro, é bom ficar atento aos documentos que são exigidos para realização da prova.

De acordo com o edital do prêmio, elaborado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é obrigatória a apresentação de documento de identificação original com foto no local de prova.

O Ministério da Educação (MEC) preparou uma lista com os documentos considerados válidos:

Carteira de Identidade;  
Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados;  
Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal;  
Carteira de Registro Nacional Migratório;  
Documento Provisório de Registro Nacional Migratório;  
Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade;  
Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997;  
Certificado de Dispensa de Incorporação;  
Certificado de Reservista;  
Passaporte;  
Carteira Nacional de Habilitação com fotografia;  
Identidade funcional.

O candidato que não puder apresentar o documento de identificação original com foto no dia de aplicação da prova, por motivo de extravio, perda, furto ou roubo, poderá realizar a prova, desde que:

Apresente boletim de ocorrência (original ou com certificado digital) expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias do dia de aplicação da prova e;  
Submeta-se à identificação especial, que compreende a coleta de dados e da assinatura do candidato em formulário próprio.

Prêmio - O projeto tem por objetivo reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais. Participam do prêmio alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. A prova será realizada por estudantes brasileiros que tenham iniciado a graduação em 2019. Eles também precisam ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

Para testar o nível de conhecimento dos participantes e selecionar os de melhor desempenho, uma prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

topo ↕

**AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

## **Reitores cobram que Weintraub prove plantações de maconha em universidades Sem apresentar provas, ministro da Educação disse que há crimes de produção de drogas nas instituições de ensino federais**

BRASÍLIA - A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pede na Justiça que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, prove declarações recentes de que há "crimes de produção de drogas" e "plantações de ervas" em universidades.

"Com os achados, se houver, requer-se sejam nominados os responsáveis, as unidades locais, os dirigentes e as universidades, bem como todas as providências tempestivamente tomadas pelo senhor ministro em face de tais ocorrências", pedem os reitores.

As declarações que motivaram a ação foram feitas por Weintraub em entrevista à TV Jornal da Cidade Online.

"Você tem plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico", disse o ministro.

Após forte repercussão, Weintraub dobrou a aposta sobre as declarações em posts no Twitter, também questionados na ação da Andifes.

Nas redes sociais, o ministro usou como exemplos investigações contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

"Ambos os casos postados pelo senhor ministro já foram apurados pelas autoridades policiais, devidamente debelados por suas reitorias e não servem de exemplo negativo para as instituições, conforme até indicado pela imprensa", afirmou a Andifes.

As mesmas declarações levaram a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados a aprovar nesta quarta-feira, 4, a convocação de Weintraub para esclarecimentos.

A ação foi de indenização por dano moral contra a União e Weintraub foi apresentada na quarta e tramita na 9ª Vara Federal Cível de Brasília.

A Andifes representa as universidades e institutos federais em negociações com o governo. A associação ainda argumenta que as declarações de Weintraub repercutiram em todo o País, gerando possíveis transtornos aos gestores das universidades.

Procurado, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

topo ↕

### **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

#### **Reitores exigem na Justiça que Weintraub se retrate sobre declarações contra federais**

#### **Ministro da Educação afirmou, sem provas, que universidades públicas são berço de plantações de maconha e produção de drogas em laboratório**

BRASÍLIA — A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou na justiça contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que o gestor preste esclarecimentos sobre as acusações que tem feito

contra as universidades federais.

A interpelação judicial foi protocolada pela Andifes na quarta-feira e requer que Weintraub se retrate de suas declarações sobre plantação de maconha nas federais e produção de drogas em laboratório, ou apresente provas para embasar as afirmações.

A medida, protocolada na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, tem como base declarações de Weintraub durante uma entrevista ao "Jornal da Cidade" e publicações do ministro no Twitter. Ontem, a Comissão de Educação da Câmara convocou o dirigente do MEC para esclarecer as acusações.

"Em sua entrevista, o Senhor MINISTRO aparentemente buscou apontar fatos para detratar e ofender perante a opinião pública as universidades federais e seus Reitores, mimetizando-as com organizações criminosas relacionadas ao tráfico de substâncias ilícitas", diz a interpelação judicial movida pelos reitores.

O documento cita publicações no Twitter do ministro relacionando a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) à produção de drogas e defende que Weintraub não publicizou, no entanto, todos os fatos.

No caso da UNB, uma notícia de 2017 publicada pelo ministro apontava que plantas de maconha teriam sido encontradas em terreno da universidade. Posteriormente, no entanto, foi provado que as mudas não estavam na instituição.

Em relação à UFMG, Weintraub publicou uma matéria que mencionava uma investigação da polícia sobre estudantes que teriam usado insumos da instituição para produção de drogas. No entanto, ficou provado que os condenados no caso não tinham vínculo formal com a instituição.

"Em seu twitter, o Senhor MINISTRO apresentou reportagens com a pretensão de validar o conteúdo de sua entrevista. No entanto, mais do que rapidamente, as próprias universidades (como as Notas da UnB e da UFMG acima indicadas demonstram), a imprensa e a comunidade – ao apresentar os casos tais como efetivamente se deram e foram analisados, julgados e concluídos pelas autoridades competentes – acabaram por demonstrar que os tuítes do INTERPELADO não poderiam ser considerados como prova alguma de qualquer prática delituosa no âmbito das universidades indicadas", diz trecho da ação.

"E mesmo que o fosse, admitindo para efeito de raciocínio, não poderia ter sido atribuída a todas as universidades brasileiras", completa o texto.

Os reitores exigem ainda que o ministro explique seus ataques à autonomia universitária, prevista pela Constituição, uma vez que afirmou que essa garantia constitucional é "falaciosa".

topo ↕

## **HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL**

### **Coordenadores têm até amanhã para preencher questionário do Enade**

Os coordenadores dos cursos avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2019 tem até amanhã (6) para preencher o Questionário do Coordenador de Curso. As respostas serão analisadas pelo Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em conjunto com outros dados do Enade, como o Questionário do Estudante e as provas, aplicadas aos estudantes no dia 24 de novembro.

O Questionário do Coordenador de Curso está disponível no Sistema Enade. O Enade deste ano avalia mais de 8 mil cursos pertencentes a 29 áreas de conhecimento, ofertadas por 1.953 instituições de educação superior.

O exame foi aplicado para mais de 390 mil estudantes, que corresponde a 89,6% dos participantes inscritos. Aqueles com inscrição homologada que não compareceram às provas devem fazer a solicitação de dispensa para o coordenador de curso da instituição, de 2 de janeiro de 2020 a 5 de fevereiro, também pelo Sistema Enade.

A prova e o preenchimento do questionário são componentes curriculares obrigatórios para que o estudante obtenha o diploma da graduação. O questionário desse ano foi respondido por 93,7% dos participantes. As instituições de ensino inscrevem os estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de graduação avaliados na edição do Enade. Apenas os concluintes precisam fazer a prova.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

**Sisu 2020: inscrições serão liberadas em janeiro; veja cronograma**

**Entre os dias 21 a 24 de janeiro de 2020, candidatos podem cadastrar as opções de curso. O resultado será divulgado em 28 de janeiro**

Entre os dias 21 a 24 de janeiro de 2020, candidatos podem cadastrar as suas opções de cursos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), relativo ao primeiro semestre do ano. O calendário foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União. Todo procedimento deverá ser feito pela internet, na página do Sisu, gratuitamente.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

Para participar é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 e obtido nota acima de zero na redação. Ao efetuar a inscrição, o candidato deverá escolher até duas opções de cursos ofertados pelas instituições participantes. A quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas – no primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país

O sistema seleciona os mais bem classificados em cada curso, de acordo com as notas no Enem e eventuais ponderações, como pesos atribuídos às notas ou bônus. Caso o desempenho do candidato permita o ingresso nos dois cursos, prevalecerá a primeira opção, com apenas uma chamada para matrícula.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

**Reitores cobram que Weintraub prove 'plantações de maconha' em universidades**

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pede na Justiça que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, prove

declarações recentes de que há “crimes de produção de drogas” e “plantações de ervas” em universidades.

A Andifes pede que Weintraub apresente provas “efetivas” de insinuações sobre a “existência de diversos atos irregulares e práticas criminosas” nas instituições federais de ensino, caso o ministro mantenha as declarações.

“Com os achados, se houver, requer-se sejam nominados os responsáveis, as unidades locais, os dirigentes e as universidades, bem como todas as providências tempestivamente tomadas pelo senhor ministro em face de tais ocorrências”, pedem os reitores.

As declarações que motivaram a ação foram feitas por Weintraub em entrevista à TV Jornal da Cidade Online. “Você tem plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico”, disse o ministro.

Após forte repercussão, Weintraub dobrou a aposta sobre as declarações em posts no Twitter, também questionados na ação da Andifes. Nas redes sociais, o ministro usou como exemplos investigações contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Ambos os casos postados pelo senhor ministro já foram apurados pelas autoridades policiais, devidamente debelados por suas reitorias e não servem de exemplo negativo para as instituições, conforme até indicado pela imprensa”, afirmou a Andifes.

As mesmas declarações levaram a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados a aprovar nesta quarta-feira, 4, a convocação de Weintraub para esclarecimentos.

A ação foi de indenização por dano moral contra a União e Weintraub foi apresentada na quarta e tramita na 9ª Vara Federal Cível de Brasília.

A Andifes representa as universidades e institutos federais em negociações com o governo. A associação ainda argumenta que as declarações de Weintraub repercutiram em todo o País, gerando possíveis transtornos aos gestores das universidades.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

topo 

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **“O Enem não democratizou o acesso ao ensino superior”**

Professor da Universidade de São Paulo e um dos responsáveis pela criação da Prova São Paulo, que avalia a qualidade da educação da capital paulista, o pedagogo Ocimar Alavarse é um crítico dos rumos do exame:

ISTOÉ – A segurança do Enem foi posta à prova em duas edições. Ele está fadado a esse tipo de problema?

Ocimar Alavarse – Sim. Vamos imaginar a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela agora só tem o Enem como processo de seleção. Quanto não vale o acesso privilegiado às questões da prova? Como em qualquer exame, ele está sujeito a fraudes. Só que em uma dimensão muito maior, pela abrangência nacional e o número de inscritos. E isso

vai exigir do governo esforços hercúleos para garantir a lisura do processo. Esse é um problema que o Enem possui. Nas duas últimas edições houve fraudes. É impossível não perguntar o que vai dar errado neste ano.

ISTOÉ – Quando ampliou o Enem o governo alegou que o Brasil tinha um sistema ultrapassado de seleção. O Enem é mais moderno que o vestibular?

Alavarse – Não. Pode parecer que houve melhora, pois o candidato pode fazer um exame só e concorrer a diversas universidades. Mas eu pergunto: tomando os indivíduos, o Enem aumenta a probabilidade de ingresso de alunos de nível socioeconômico mais baixo em cursos muito concorridos? Não. Então é uma ilusão.

ISTOÉ – Então não houve democratização do acesso ao ensino superior, como diz o governo?

Alavarse – Não. O aluno pode tentar em 15 universidades, mas, pela qualidade da educação que recebeu, não vai conseguir entrar para os cursos mais concorridos de nenhuma delas.

ISTOÉ – Mas em outros países, como os EUA, o acesso baseia-se em seleções válidas para várias universidades.

Alavarse – Sim, mas essa realidade não se parece com a brasileira. Se nós tivéssemos igualdade de chances, eu não teria problemas com o Enem. Mas não temos.

ISTOÉ – Para o MEC, o Enem gera mobilidade de alunos entre as regiões do País. O sr. concorda?

Alavarse – Só se for para o aluno do Sudeste tirar a vaga do estudante do Nordeste. Não sou contra o intercâmbio de povos, culturas e línguas, mas não é disso que estamos falando quando olhamos para a mobilidade gerada pelo Enem.

ISTOÉ – Na sua opinião, qual seria a solução para garantir um acesso mais igualitário às universidades?

Alavarse – Defendo o sorteio das vagas e admito como uma variável à minha proposta o sorteio qualificado. Poderíamos ter uma prova na qual se estabeleceriam alguns conceitos básicos e uma nota mínima a ser atingida. Quem atingisse essa nota mínima, entraria para o sorteio. Veja, não estou negando o direito de um jovem que se esforçou para fazer determinado curso entrar. Como, porém, trato o outro jovem que não teve as mesmas condições?

ISTOÉ – Esse modelo já existe?

Alavarse – Tem algo na Holanda.

ISTOÉ – Mas é bem difícil comparar o ensino holandês com o brasileiro.

Alavarse – Lá há uma razão para isso: a homogeneidade muito grande entre os estudantes. Em uma prova, os resultados seriam tão parecidos que praticamente daria empate, semelhante ao que acontece nos cursos muito concorridos das universidades públicas brasileiras.

ISTOÉ – E como dar conta desses alunos tão heterogêneos no Brasil?

Alavarse – Teríamos de mudar o perfil pedagógico dentro das universidades. É mais fácil, porém, nós fazermos isso que os jovens se adaptarem a nós.

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### **Ministro propõe punir estudantes com nota baixa no Enade**

### **Ao divulgar resultados do exame, ministro disse que aluno com nota baixa deve ser impedido de se formar. Proposta precisa ser discutida no Congresso**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta sexta-feira (4) que estuda punir estudantes universitários com nota baixa no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). A afirmação aconteceu durante a divulgação dos resultados do exame pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira).

"Muitos apresentaram um acerto inferior a 20% da prova. A proposta é que para as próximas edições tenhamos um incentivo para que os estudantes façam o exame com seriedade: aqueles que se destacarem poderão ter seus nomes divulgados e aqueles com nota baixa não poderão se formar", avaliou. A proposta precisa ser discutida pelo Congresso.

Fizeram o exame 550 mil alunos, sendo 450 mil na modalidade presencial e quase 100 mil em Ensino a Distância de 8.800 cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design. Segundo os dados, apenas 3,3% das instituições privadas alcançaram nota máxima. O número sobe para 20% nas instituições públicas.

"Um dado interessante é que a diferença entre a qualidade dos cursos presenciais e a distância é a mesma, o que mostra que não há queda de ensino na EAD", afirmou Weintraub. 83,1% dos alunos avaliados fizeram o curso presencial contra 16,9% na EAD.

A maioria dos estudantes vem de universidades privadas e destes, segundo o ministro, 50% usam, de alguma forma, o financiamento público. "Percebemos que o menor grau de desistência está nos alunos mais pobres que têm de pegar financiamento público para pagar a faculdade, pessoas que precisam terminar logo o curso para resolver os seus problemas. O que significa que essas universidades privadas com financiamento público tem um impacto social maior."

Weintraub voltou a defender a autorregulamentação do setor privado como uma forma de melhorar a qualidade no setor. Boa parte dessas instituições alcançou o conceito 3 no exame. "As próprias instituições fazem um filtro e as más práticas são abolidas, o Estado continua acompanhando, mas há um grau de liberdade e responsabilidade maior."

As instituições privadas têm um maior número de alunos e cursos. Os dados do Enade 2018 mostram que 84,8% dos participantes estavam matriculados em uma faculdade privada. Metade dos estudantes se formaram em direito ou administração.

Nas instituições públicas, 23,3% dos alunos tiveram nota acima de 61, nas particulares, apenas 9,5%.

Enade

Criado em 2004, o Enade é obrigatório para conclusão da graduação em instituições de ensino privadas e nas públicas federais. Ele integra o Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (Sinaes).

O exame avalia o rendimento dos alunos em duas partes: em relação aos conteúdos específicos dos cursos em que estão matriculados e em conhecimentos gerais. A prova visa a avaliar a qualidade das graduações no País. As notas do exame são convertidas em uma escala por faixas, que vai de 1 a 5.

No entanto, a eficácia do exame já foi criticada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que questionou a continuidade da aplicação do Enade. Segundo o relatório da organização, que fez a avaliação a pedido do Ministério da Educação (MEC), o exame não permite saber se um curso melhorou ou piorou sua qualidade ao longo dos anos e também não estabelece níveis mínimos de desempenho esperado dos alunos.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Reitores cobram que Weintraub prove plantações de maconha em universidades Brasília

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pede na Justiça que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, prove declarações recentes de que há "crimes de produção de drogas" e "plantações de ervas" em universidades.

A Andifes pede que Weintraub apresente provas "efetivas" de insinuações sobre a "existência de diversos atos irregulares e práticas criminosas" nas instituições federais de ensino, caso o ministro mantenha as declarações.

"Com os achados, se houver, requer-se sejam nominados os responsáveis, as unidades locais, os dirigentes e as universidades, bem como todas as providências tempestivamente tomadas pelo senhor ministro em face de tais ocorrências", pedem os reitores.

As declarações que motivaram a ação foram feitas por Weintraub em entrevista à TV Jornal da Cidade Online. "Você tem plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico", disse o ministro.

Após forte repercussão, Weintraub dobrou a aposta sobre as declarações em posts no Twitter, também questionados na ação da Andifes. Nas redes sociais, o ministro usou como exemplos investigações contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

"Ambos os casos postados pelo senhor ministro já foram apurados pelas autoridades policiais, devidamente debelados por suas reitorias e não servem de exemplo negativo para as instituições, conforme até indicado pela imprensa", afirmou a Andifes.

As mesmas declarações levaram a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados a aprovar nesta quarta-feira, 4, a convocação de Weintraub para esclarecimentos.

A ação foi de indenização por dano moral contra a União e Weintraub foi apresentada na quarta e tramita na 9ª Vara Federal Cível de Brasília.

# CLIPPING



A Andifes representa as universidades e institutos federais em negociações com o governo. A associação ainda argumenta que as declarações de Weintraub repercutiram em todo o País, gerando possíveis transtornos aos gestores das universidades.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

